



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

GUSTAVO KANÕKRÃ XERENTE

**POR UM OLHAR ATENTO, FALANTES DE LÍNGUA AKWÊ E PORTUGUESA,
DESAFIOS E PERCURSOS DOS ACADÊMICOS INDÍGENAS XERENTE NOS
CURSOS DE GRADUAÇÃO DE PORTO NACIONAL**

Porto Nacional/TO
2025

GUSTAVO KANÕKRÃ XERENTE

**POR UM OLHAR ATENTO, FALANTES DE LÍNGUA AKWÊ E PORTUGUESA,
DESAFIOS E PERCURSOS DOS ACADÊMICOS INDÍGENAS XERENTE NOS
CURSOS DE GRADUAÇÃO DE PORTO NACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pela orientadora e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Profa. Dra. Neila Nunes de Souza

Porto Nacional/TO
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

X6p Xerente, Gustavo Kanõkrã.

Por um olhar atento, falantes de língua akwẽ e portuguesa, desafios e percursos dos acadêmicos indígenas xerente nos cursos de graduação de Porto Nacional. / Gustavo Kanõkrã Xerente. – Porto Nacional, TO, 2025.

83 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Letras, 2025.

Orientadora : Neila Nunes de Souza

1. Choque Cultural. 2. Acadêmicos Indígenas Akwẽ. 3. Desafios Educacionais. 4. Linguística e Diversidade. I. Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

GUSTAVO KANÕKRÃ XERENTE

**POR UM OLHAR ATENTO, FALANTES DE LÍNGUA AKWÊ E PORTUGUESA,
DESAFIOS E PERCURSOS DOS ACADÊMICOS INDÍGENAS XERENTE NOS
CURSOS DE GRADUAÇÃO DE PORTO NACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pela orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Profª. Dra. Neila Nunes de Souza. PPGLetras/UFT
(Orientadora)

Prof. Dr. Mauricio Alves da Silva PPGLetras/UFT
(Avaliador)

Prof. Dr. Carlos Roberto Ludwig.PPGLetras/UFT
(Avaliador)

Em princípio com gratidão, dedico a Deus, pois tudo que sou hoje, foi na graça e na vontade dele, em que permitiu-me viver e concluir essa etapa da dissertação com satisfatória. Segundo, dedico ao meu eterno guerreiro, com suas lutas diárias, sabendo das necessidades e da doença crônica existentes em seus dias, mostrou-me que a persistência e a vontade de querer manter os seus filhos bem alimentados e saudáveis, superam todos os males. Assim luto para manter felizes as minhas companheiras de vida, acredito que os sonhos que o meu saudoso pai tinha em vida, no qual não o realizou, estão vivos em mim. Sinto um aperto no coração ao lembrar que não consegui ver um de seus entes se formando em nível superior, era um sonho estimado por ele. De forma especial toda a minha gratidão, em meio à dimensão das limitações, nós manteve bem e forte, a te, por te meu guerreiro Pai, APOÊMIO WAKMÕRÃ XERENTE.

Ísimãiwapusnãwazakmãsnãkrataimõwaptôkwa
zawredanĩsizepnã,tahã si
mãtaimõtôkburetĩmsakrapês,tãkãñẽzampibum
ã,pkêtoisnãmãtĩmwẽaimõĩtkrmãkrênistupibum
ãtãkãhãĩkuikrewẽhã.
Tapariwatôaimõkmãĩnpokpukĩmmãñã,
mãtõĩwaihãkĩpkêkrêkrhêmbasnã,
taziwatôkmãdãkaimõptãbãkrsikwanĩkrasadakãt
õsĩmpikõimã, waihkunãreromtuinãkãtô dure
romzekmãhêmbanãremãtaimõtsĩkwanĩkuiput,
tazidure
sĩmromkmãdkãnãmãtõĩmwaskuaimõnõkwarom
prakrsikwanĩmõwazatôkratkrêssãipêskãtôdur
erowẽsnãtkrêkwapepês,
tanẽzephawiromtuikrowizatôtpkêwapu.Tõtãñẽ
waza dure waihêmba, ãkrakãtõĩmrõ pra
wazakrĩsikwanĩ. Íkuitabsnãwazaĩmrẽm,
ĩptôkwanĩmromkmãdã teto
aimõthêmbaĩsimãsuszepwa.Wazatõĩpkêwadãk
aimõtékmẽkmãdkãkõhawiisinõkratêkmẽkãbus
mnõhêsukazanãmrkui pdu,
tõtãhãairẽĩsimãzuszeĩptokwaitê,
pkêkrêtkrêwaikẽzepuktêkmãdkãpibumã.Tanẽn
mẽwazaaimõtmãsakrê,ĩrtiwẽsnãtãkãhãĩtkakuik
rehã,
hêmbapisirênãremãtaimõkrsimẽkwartêwanõkr
tõkuiptupibumãkãtõtêwanĩptê da,
tanẽnmetõ,kaimã, amã
watkazanãmrkuiputĩmmã, APOÊMIO
WAKMÕRÃ XERENTE.

POESIA DE MEL DUARTE

*aqui estamos nós
donas de nossas próprias palavras
revolucionárias do cotidiano
regando a terra outrora batida por nossas
antepassadas
firmando nossas pegadas sabendo que hoje
cada vez que nossa fala se propaga
equivalem há dez que antes foram silenciadas
mulheres de uma geração atrevida
filhas dos saraus e das batalhas de poesia
alquimistas, libertárias,
propagandistas da oralidade
compartilhando nossa travessia
bradando nossa realidade
sempre semeando essa terra
verbo fértil
perpetuando nossa existência
através de versos
escrevemos quantos poemas-manifestos forem
necessários por dia
pra cada vida interrompida ter mais valia
não mais invisíveis
não mais mercadoria
se querem nos privar, ocuparemos espaços
se querem nos apagar, escreveremos livros
se querem nos calar, vamos falar mais alto
(Duarte, 2019, p. 12)*

AGRADECIMENTOS

Evidentemente é um ato de dignidade da pessoa humana, tergestos de reconhecimento, no entanto sou grato, pelo dom da vida recebida, pelo espaço em que habito, pela família construída, pelo belo feito de sorrir aos rostos afetuosos em nossas relações sociais, familiar, amigos, colegas e ainda mais pela parceira a quem nos dividimos a vivencia. A prática de agradecer tem o significado de reconhecer a bondade recebida.

Sendo assim, aos meus pais, Isa suiti Xerente e ApoêmioWakmõrã Xerente (in memória) pelo esforço em manter os oito filhos bem alimento e bem criados, afirmo inteiramente que deram carinho, amor e educação. Pois todos os filhos hoje com estatuto de homens feitos e uma mulher criada é sinônimo de ser bem cuidado, a prova viva disso está nesse exato momento ao escrever todas as palavras, sentenças, frases e vírgulas deste trabalho de dissertação de mestrado, coisa que no olhar dos outros era impossível para uma pessoa da família, isto é um dos irmãos conseguirem entrar em uma Universidade Federal. Em verdade digo que estavam errados, sou o primogênito que se encontra no meio dos irmãos, com isso o primeiro da família ter o titulo de graduação. Sou grato pela conquista, em que a família foi fundamental, além do mais aos meus pais que por mais que não tinha estudos e nem renda para por alimentos na mesa, se manteve otimista junto ao seu companheiro que única coisa que ele precisava era a força que guardava no coração. Sabendo que não tinha muito que comer se esforçaram para não faltar comidas aos seus oitos filhos. Sem ao menos diminuir a elegância da minha guerreira mãe, que soube estar firme e competente em nossas vidas, mas de forma grandiosa saúdo ao meu guerreiro que alegra os céus de Deus com sua presença, de mim levou uma parte com a sua partida, mas deixou valiosos ensinamentos aos seus entes.

À WaptokwaZawre (Deus) pela bondade da vida, me permitindo respirar e viver inúmeros sonhos realizados e ainda por vi a concretizar. Acredito que pelas vezes que me sentir fraco, incompetente, ele manteve a minha fé em alta. Emergindo forças que até eu mesmo fiquei assustado com o meu desempenho acadêmico.

A professora Neila Nunes de Souza, a minha digníssima orientadora. Agradeço profundamente em princípio pela paciência e pelas palavras sábias, para me conduzir nesses espaços de aprendizagem ao conhecimento científico, mesmo sabendo da adversidade com relação à cultura soube ser uma pessoa compreensível e profissional. Toda a minha admiração e respeito pelo papel exemplar que a uso em seus momentos de aprendizagens, creio que

foram valiosos os dias que tivemos em estudos, podem afirmar que ela é a luz que surge na vida de um estudante indígena, pois sabe nos conduzir e induzir a ter dignidade profissionalmente.

A minha filha, Isabelly Wasipredi Xerente, que de forma especial contribui em meus momentos de aquisição de aprendizagem, veio alegrar e me motivar ainda mais a seguir nos estudos. A presença alegre de seu rostinho bonito faz brotar uma sensação feliz em meu coração, ela é coisa mais valiosa que tenho o brilho do olhar dela, lembra-me o semblante de pessoas que foram importantes em minha vida, o saudoso pai e meu avô materno, desse modo faz o dia a dia estar completo com a presença grudada dessa menina risonha.

A minha digníssima companheira diária, Vanessa Tkidi Xerente, companhia incondicional, sem ao menos medir esforço, esteve me auxiliando em dias e noites de obtenção de conhecimento e no momento de escrita. Agradeço pelas vezes que demonstrou os cuidados, atenção e mais valia pelo zelo para com a gente.

Aos meus professores da aldeia, que me alfabetizaram, agradeço pela entrega em ensinar a versão sapeca de mim em época de criança. Mesmo com inúmera dificuldade de ser professor em aldeias, trabalhou com compromisso de preparar os passos de ensino de letramento, sem deixar de ensinar a cultura nativa.

Aos professores do Cemix-Warã (Centro de Ensino Médio Indígena Xerente–Warã) pelo aprimoramento de conhecimento e pela vivência em contato com a natureza. Tive a riqueza de momentos que me motivaram a seguir firmemente sem saber o que de fato queria ser ao término de estudo do ensino médio. De forma especial, a professora Rita que em algumas circunstâncias germinou em mim os seus ensinamentos com relação a língua Portuguesa. Pelas vezes que puxou as nossas orelhas, pela dedicação e pelo profissionalismo que até hoje ocupa o papel de professora querida, além do mais relembrar que teve apenas uma única turma que sentiu orgulho em ser professora, a nossa. Isso são marcas para engajar nossos objetivos de estudos, no entanto direto ou indiretamente colaborou na posição a qual me encontro.

Luto incessante, ao povo do qual tenho como pertencimento étnico racial, Akwê-Xerente. Todas as oportunidades e dificuldades só foram possíveis exercer por ser akwê, vindo de uma miscigenação do não indígena, em virtude do meu avô paterno, tenho essa raça diferente em um só corpo.

De forma carinhosa, como não se lembrar de ser grato, ao Programa de Pós-graduação em letras (PPG-Letras) da UFT de Porto Nacional, em nome do Coordenador: Prof. Dr. Carlos Roberto Ludwig, a minha admiração. Em período de atuação nas disciplinas do programa me possibilitou numerosas ponderações, sensações de reciprocidade, é de dar gosto ter conhecido colegas de turma de coração incrível e de uma simpatia estonteante, sem ao menos se esquecer de citar da riqueza de conhecimento que foi gerada e concebida durante as aulas. Todos os colegas de turma o meu respeito e afeto de generosidade, por vocês somos afetados e modificados para melhor versão de nós mesmo.

Aos meus Colegas Acadêmicos indígenas Akwê (não mencionarei em respeito por todos) que por vezes lutamos e seguimos em mesma proporção de dificuldade, mas que acreditamos que a educação é o único meio de vencer a vida. Além dos estudos da Faculdade, nos reunimos em um programa de grande relevância que é o Programa de Educação Tutorial Indígena (PET-Indígena). Destaco também a amizade incondicional de um amigo pertencente do povo Gavião, Jeferson Belizário Gavião, em que veio de muito longe ingressar no campus de Porto Nacional em busca de aprendizagem, então sou grato por sorrisos trocados e companhia em momentos de apresentações.

À instituição Universidade Federal do Tocantins (UFT), por me receber e tornar o sonho possível de ter diploma de graduação e assim possível da pós-graduação, mesmo em circunstância precária em termo de recurso para manter-me in loco. Porém, tive amparo pelo programa de Bolsa permanência que visa minimizar as desigualdades sócias e étnico-raciais. Deste modo, sou grato por ser contemplado em detrimento de cursar com êxito, de maneira específica, na cidade em que o campus se encontra, pois em dias de folga e cuidados com a mente o município de Porto Nacional cuidou das minhas aventuras ao pôr sol.

A todos que se sujeitaram em colaborar com a concretização desse trabalho de um sonho conquistado com êxito. Obrigado! Tênarêê!

RESUMO

A pesquisa intitulada "Por um Olhar Atento: Falantes de Língua Portuguesa e Língua Akwê, Desafios e Percursos dos Acadêmicos Indígenas Akwê – Xerente nos Cursos de Graduação de da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Porto Nacional" aborda os desafios enfrentados pelos acadêmicos indígenas da etnia Akwê-Xerente no ensino superior, especificamente nos cursos de graduação ofertado no campus de Porto Nacional. O estudo destaca as dificuldades que esses estudantes indígenas encontram devido à barreira linguística entre o português, que é a língua oficial de ensino brasileira, e o Akwê, língua materna do povo Xerente, que se autodenomina Akwê. Além do mais, a pesquisa explora o impacto cultural manifestado a partir do envolvimento no cenário social de aprendizagem universitário, e na mesma proporção elencar as implicações dessa dinâmica no processo educacional dos indígenas, postulando a importância de um olhar atento às especificidades culturais e linguísticas desses acadêmicos, com o objetivo de reforçar o conhecimento do não indígena e contribuir para o fortalecimento da cultura Indígena Akwê. Os percursos acadêmicos dos estudantes Akwê são marcados por esforços e enfrentamento árduo para conciliar as demandas do ensino superior com a preservação de sua identidade cultural e linguística. O trabalho também discute a necessidade de políticas educacionais que levem em conta, a diversidade cultural indígena e promovam maior inclusão e suporte para os povos indígenas nas universidades. Do mais o estudo adota uma abordagem qualitativa, tendo como objetivo compreender de maneira específica e profunda as percepções, experiências e significados atribuídos pelos participantes indígenas em nível superior. Em conclusão, este trabalho acadêmico traz traços e marcos de um indígena que passou pelos mesmos e todos esses desafios citados, com isso a intenção é contribuir para uma reflexão e chamar a atenção para a importância de olhares institucionais e governamentais, com intuito de implantar uma educação que respeite e valorize as diversidades linguísticas e culturais, permitindo-lhe reconhecer os desafios enfrentados pelos acadêmicos indígenas e propondo caminhos para uma maior inserção em universidades, assim o sucesso acadêmico desses estudantes que ofusca o comportamento tímido pretende estar em sincronia com a sociedade não indígena é certo.

Palavras-chaves: Choque Cultural, Acadêmicos Indígenas Akwê, Desafios Educacionais, Linguística e Diversidade.

ABSTRACT

The research entitled "Through a Close Gaze: Speakers of Portuguese and Akwẽ Language, Challenges and Paths of Indigenous Akwẽ-Xerente Students in Undergraduate Courses at the Federal University of Tocantins, Porto Nacional Campus" addresses the challenges faced by indigenous students of the Akwẽ-Xerente ethnicity in higher education, specifically in undergraduate courses offered at the Porto Nacional campus. The study highlights the difficulties these indigenous students encounter due to the linguistic barrier between Portuguese, the official language of Brazilian education, and Akwẽ, the mother tongue of the Xerente people, who call themselves Akwẽ. Furthermore, the research explores the cultural impact manifested from involvement in the social setting of university learning, and equally lists the implications of this dynamic in the educational process of indigenous people, postulating the importance of paying close attention to the cultural and linguistic specificities of these aspiring academics. The objectives are to reinforce the knowledge of non-indigenous people and contribute to the strengthening of the Akwẽ indigenous culture. The academic paths of Akwẽ students are marked by efforts and arduous challenges to reconcile the demands of higher education with the preservation of their cultural and linguistic identity. The work also discusses the need for educational policies that take into account indigenous cultural diversity and promote greater inclusion and support for indigenous peoples in universities. Moreover, the study adopts a qualitative approach, aiming to understand in a specific and profound way the perceptions, experiences, and meanings attributed by indigenous participants at the higher education level. In conclusion, this academic work presents the experiences and milestones of an indigenous person who has faced the same challenges mentioned above. The intention is to contribute to reflection and draw attention to the importance of institutional and governmental perspectives, aiming to implement an education that respects and values linguistic and cultural diversity. This allows for the recognition of the challenges faced by indigenous students and proposes pathways for greater inclusion in universities, thus ensuring the academic success of these students, who may exhibit shy behavior and strive to be in sync with non-indigenous society.

Keywords: Cultural Shock, Akwẽ Indigenous Academics, Educational Challenges, Linguistics and Diversity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Exemplo de figura.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 2- Exemplo de figura.....	29
Quadro 1- Competências do profissional	Erro! Indicador não definido.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1- Exemplo de tabela **Erro! Indicador não definido.**
Tabela 2- Série histórica (1997-2001) da produção de carne de frango no Brasil (em toneladas)..... **Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFT

Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.2 História de vida.....	24
2. A RELAÇÃO LÓGICA DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO POVO AKWÊ- XERENTE COM A EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	29
2.1 A escola na aldeia e caminhos percorridos pelos academicos indígenas akwê	34
2.2 As inferências de aprendizagens da aldeia á uft	37
2.3 A influência da educação diferenciada nas escolhas dos cursos de graduação.....	39
2.4 A organização social do povo akwê-xerente com a educação escolar	41
2.5 Desafios para a inserção no ensino superior	44
2.6 A língua akwê, processo históricos de construção da escrita	47
2.7 A língua akwe resiste	55
3 O PROCESSO DE APRENDIZAGEM BILÍNGUE E INTERCULTURAL NO ENSINO DA LÍNGUA AKWE	57
3.1 Dificuldades dos indígenas na universidade.....	60
3.2 Defrontamento à educação enquanto indígena: uma perspectiva necessária para um olhar de ensino indígena	63
3.3 Marginalização cultural	64
3.4 Estratégias para superar a marginalização cultural	66
3.5 Acessos limitados dos indígenas à educação de qualidade.....	67
3.6 Discriminações e estigmatização com os indígenas	68
3.7 Conflitos entre conhecimento tradicional e educação ocidental	70
4 POR UMA LINGUAGEM DE REEXISTÊNCIA: ESTRATÉGIAS PARA DOMINAR A LÍNGUA PORTUGUESA ENQUANTO INDÍGENA AKWÊ	72
4.1. A língua portuguesa como território de disputa.....	72
4.2. O bilinguismo como potência	74
4.3 A escrita como prática de reexistência	75
4.4. Estratégias que emergem do nosso caminhar	75
4.5. Reexistir com a palavra.....	76
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	80

1 INTRODUÇÃO

ÏKUIKRE NNÁKRTA

Esta dissertação foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação PPG-Letras no âmbito da Linha de Pesquisa com Ênfase em Língua, Cultura e Educação Indígena na Área de Concentração de Estudos Linguísticos, da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus de Porto Nacional, tendo como foco de estudo os acadêmicos indígenas Akwẽ-Xerente desde a formação inicial na aldeia até na Universidade Federal do Tocantins - UFT.

Este estudo tem como princípio a missão de discutir questões vivenciais dos alunos indígenas da etnia Akwẽ-Xerente, em contato com o ensino superior, com a inferência do saber ocidental em relação ao saber nativo, com a maneira de lidar a aprendizagem em espaço urbanizado, além do mais com o enfrentamento de situação inusitado que tem passado nas salas de aula, diante da apresentação de conteúdo aplicado, com alunos não indígenas, em detrimento do sistema já configurado com professores que não percebe o jeito diferente do aprender de um indígena. Perante o esboço, no ponto de vista humano é de competência do ser consciente perceber as diferenças de característica em que distinguem umas das outras, do mesmo jeito se sobrepõe aos grupos que auto-declaram diferentes dos iguais.

Figura 1: Festa Grande (Dasípê) Aldeia Funil



Figura 2: Festa Grande (Dasípê) Aldeia Morrão



Fonte: Compilação do autor

Essas imagens nos faz pensar claramente as representações que consigo esta no conhecimento da vivencia com relação as condições da pessoa humana que possuímos, isto é,

na comparação com a sociedade privilegiada temos a mesma dimensão biológica, mas possuímos diferentes contextos que toca na questão da linguagem, e modo de vida que foi construído ao longo da história. É por esse motivo que tenho firmado que aos passos lentos estamos alcançados posição humano digno, diante de sermos um animal político.

A Universidade Federal do Tocantins tem recebido estudantes indígenas, assim sendo certos questionamentos surgem ao ter imigração de indígenas em nível superior, tais como; o porquê os indígenas estudar na Universidade? Para ponderar sobre essas inquietações, de acordo com os autores que trata essa dissertação, fala sobre “Indígenas e ensino superior: as experiências universitárias dos estudantes Kaingang na UFRGS” tratam da seguinte forma,

“Se podemos entender o ingresso de indígenas nas instituições de ensino superior brasileiras como um resultado das ações e políticas levadas a cabo a partir da década de 2000, também é importante analisarmos por que estes povos passaram a buscar formação em nível superior. Com efeito, podemos identificar dois movimentos distintos, mas historicamente conectados, que contribuíram para fomentar esta procura. O primeiro se relaciona ao crescimento das práticas de escolarização em terras indígenas nos ensinos fundamental e médio, a partir da década de 1990, que resultou na busca por parte desses sujeitos pela continuidade dos seus estudos no ensino superior – principalmente voltados para a formação e qualificação de professores para atuarem nas escolas indígenas. O segundo se associa à nova relação estabelecida com o Estado após a promulgação da Constituição Federal de 1988.”[BOTH AMES, V, D e ALMEIDA, M, L, 2021, p. 246]

Podemos levar em conta essa explicação como fator principal, Além disso, fortemente reforço a questão da escolarização, do modo que o movimento escolar é da cultura não indígena, assim pela necessidade de entreter um bom entendimento e pela escassez de professor indígena ocorreu pelo envolvimento do povo indígena, e com o sistema de comportamento com a sociedade não indígena adentra também para aldeia, posto assim, surgiram inúmeros questionamentos sobre a necessidade de ensinar, isso se da por meio da ligação ao Estado. No entanto sabendo que os indígenas irão enfrentar os modelos de ensino, em que são voltados para a prática do não indígena, porém o interesse em falar fluentemente e acreditar que pode voltar para sua comunidade sendo uma pessoa culta e instruindo, além do mais por saber que a pessoa em que lecionava, não soube perceber no modo de não saber exatamente como deveria contribuir diante do conhecimento limitado do indígena, cogito, de maneira superficial, o professor não indígena, ao ensinar como se fosse para não indígena influenciaram déficit de atenção e compreensão dos processos de adquirir conhecimento.

Ficar sujeito a um lugar que não esteja habituado de fato é constrangedor, colocamos numa posição de não ser bom o suficiente em estar naquele local, por ser calado, cabisbaixo, quieto e por emitir falas erradas. Ao estar diante do estranho, não somente eu, mas

todos os indígenas que ali se encontrava, o nosso lugar eram de desconforto, não apenas no que se refere à aparência ao estar conforme os nossos costumes, isto é, caracterizado, do mesmo ao modo falar, por mais que digamos que a nossa fala, é a essência de nós, com isso fazamos perguntas do tipo, quais as inferências históricas envolvidas no nosso jeito de falar? Como e onde me constituo em uma dada conjuntura de política econômica e cultura?

Assim, sem ao menos conhecer o universo acadêmico, cada um de nós veio como se caísse de pára-quedas, com a intenção de cursar as matrizes ofertadas no ensino superior, estes mesmos elevam no desejo de fortalecer o conhecimento e ter profissões na sociedade não indígena ou até mesmo nas aldeias. Dessa forma, a intervenção indígena tem trazido diversos fatores que as instituições de ensino superior não conseguem conter e nem prever, uma vez em que os alunos indígenas têm acrescentado a presença no ensino de diversas etnias, as universidades, tende a tratar das questões indígenas de maneira conflitante na perspectiva de formar ou ao certo estimulava desistência, pois, visto que o estado do Tocantins conta com instituições de ensino superior, a Universidade Federal do Tocantins - UFT, que conta com 5 campi da UFT nos municípios de Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas e Porto Nacional, este último nosso objeto de estudo. Este mesmo tem vivenciado a chegada de número expressivo de alunos indígenas.

Observa-se que em alguns campi da UFT tem se negado em ter olhar preocupado com as dificuldades que apresentam durante a permanência e atuação na incorporação de estudante de nível superior pelos indígenas. Em vista disso, tratando de maneira específica o povo Xerente que soma números expressivos no Campus de Porto Nacional, e devido a isso é de interesse desse trabalho tocar acerca da atuação desse povo que não só no cenário estudantil, tem sido protagonista. A UFT de Porto Nacional é um dos campi que mais facilita o acesso a permanência contínua, e a comodidade serena no exercício de seus atributos universitários, assim se torna umas das referências, além das ofertas de vaga nos cursos de graduação, também em recepção de alunos indígenas, ou seja, a quantidade excelente de discentes indígenas que ingressam à instituição de ensino superior de Porto Nacional se dá pela visibilidade de acesso agradável e pela recepção calorosa do corpo escolar e dos programas inclusivos, tais como o Pet Indígena que sempre esteve prontificado para receber e acompanhar as adaptações dos alunos indígenas, e trabalhar com questões voltadas a cultura indígena. Este também é uma das atenções que pretendo evidenciar, sendo que colaboram ademais instituições a incorporar ou programar tais procedimentos e ou projetos de apoio aos indígenas que suscita olhares de gostos para ingressar no universo de aprendizagem de ensino superior do não indígena.

Além do complicado desempenho de apropriação linguística, é importante tornar visível as latentes precursoras que dificultam durante a passagem acadêmica dos indígenas na universidade. Muitas vezes somos vistos como vozes fracas, trêmulas, que não sabem se comunicar, oratória ruim, etc. Essas falas e entre outras conversas que mexem com psicológico do estudante indígena, por mais que doa e discordamos plenamente com esses dizeres, mas é preciso através dela tratar uma questão pertinente e tornar público dessas falácias, que tem a pretensão de contribuir a uma luta de reconhecimento e valorização, para que tenha a consciência do indivíduo que partilha dessa idéia equivocada.

O preconceito linguístico é uma das formas mais violentas e perversas de discriminação, porque atinge a identidade mais profunda do indivíduo: a sua maneira de falar. Ao rotular de errado, feio, deficiente ou inaceitável o modo de falar de uma comunidade, nega-se a essa comunidade o direito à cidadania plena, à autoestima e ao reconhecimento de sua cultura. Combater esse preconceito é, portanto, uma tarefa não apenas linguística, mas também social e política, porque envolve a luta contra todas as formas de exclusão e marginalização (Bagno 1999, p. 15-16).

Isso perpetua muito para aqueles que se sentem incomodados com a presença indígena nas universidades, ainda sendo um alerta para os órgãos responsáveis de que não se trata apenas da dificuldade de adaptação com o espaço e conteúdo, mas também de aceitação pelos preconceituosos de uma minoria não indígena em que se sente confrontado e desafiado pela presença indígena. Notório saber que a partir dela enfrentamos a desigualdade e o preconceito que estão entrelaçados nos olhares dos sujeitos não indígenas que escolarizam junto à comunidade indígena no mesmo espaço de aprendizagem, muitos se sentem superiores em relação ao nível de conhecimento e de condições financeira, ademais se presume por conta da linguística usual e da cultura do povo Akwẽ para com a cultura ocidental brasileira tornam passos lentos para melhor versão apresentável dos alunos indígenas em universidades brasileiros.

Para entender de forma específica a situação do nosso envolvimento com as nossas raízes dos indígenas dentro do ensino acadêmico é preciso deixar relatada a luta que os acadêmicos indígenas travam desde o início de sua trajetória escolar, que na realidade é um gesto de muita coragem e persistência, sendo que da maioria, persistiu diante de seu diferente saber e grandeza falta de conhecimento ocidental, isto é, muitas desses que tiveram a luta árdua enfrentada, mantiveram nas universidades e conseguiram vencer, trouxeram a sua comunidade coisas boas para lidar em uma demonstração em que a cultura indígena está ao lado da cultura do não indígena, ou por certo caminham juntos. Assim sendo, o tão sonhado

diploma de graduação pelo não indígena se tornou em tempo recente um dos propósitos do indígena, penso que é uma das conquistas que suscita a dignidade da pessoa humana ter nome e reconhecimento em diploma de instituição de ensino superior, seja ela, em educação, saúde ou papéis de representante, assim sendo, essa intenção que colocamos em nossa vida em ter que alcançar a façanha de concluir a etapa de estudo da graduação são para poucos.

Mediante a sua linguagem e cultura tornam-se complexas e difíceis de chegar a uma fase final, por consequência que o impede de progredir, luta com vários fatores que não são muito bem assimiladas e nem dominável com facilidade pelos nativos de uma realidade vivida na natureza.

Ainda que disséssemos que moramos em cidade, o jeito e o costume correm nas veias, assim a forma como aprendemos sempre será através do ser Akwê, que concebeu a aprendizagem pelos ancestrais, diante disso, quando se trata de que somos indígenas vindos de um mundo concretos ligados a mãe terra. Um conhecimento que não era visível ao olho nu dos não indígenas, além do mais, não muito estimado pelo sistema de valorização dos brasileiros no âmbito social, proveniente de pessoa que são falantes de uma língua minoritária em que domina a língua portuguesa facilmente, mas num grau de erros, que é inaceitável pela ciência do escrever e falar certo. Naturalmente que na pronuncia em parcela mínima é de forma equivocada que dizemos alguns termos em português, na visão dos não indígenas seria errada.

A vista disso pode refletir o seguinte, em consequência das duas línguas serem distintas na organização dos símbolos representativos e nas sonoridades das letras ocorrem alguns impedimentos na hora da pronuncia, diferenciar e compreender esses dois ramos linguísticos, de certo, essa é uma das latentes que coloco como indagações da pesquisa. Em razão dessas línguas muitas vezes não conseguem ter o discernimento e percepção das diferenças e das complexidades linguística das duas línguas faladas, de um lado a língua Akwe, uma língua falada pelos nativos, mas pouco conhecida em seus atributos de sistema de escrita e organização fonológica, até mesmo o seu comportamento morfológico. De outro lado a língua portuguesa com suas variadas linguísticas complexas.

Com isso percebe-se a falta de domínio eficaz das pronuncias em gêneros e números em que o confundam, pois, essa mesma regra existente na língua portuguesa não se sobrepõe na língua akwê, mediante que na língua Xerente as palavras ditas em sua maioria são palavras oxítonas e para alguns casos, os gêneros e a questão do número em que menciona ao plural e singular incide. No entanto, falar de Indígena é tratar de educação indígena em campo de sistema linguístico, ademais é relevante enfatizar que ainda são bem restritas as informações

sobre os povos indígenas Akwẽ nesse cenário de estudante indígenas Akwẽ na universidade federal, mas que a obtenção de títulos de graduação pelos mesmos apresenta números significativos, e isso tem sido o orgulho para o povo Xerente.

Presenciar um Akwẽ ingressando na universidade é de grande interesse e regressar ao seu povo com o conhecimento a mais é uma conquista enorme e todos se maravilham com essas conquistas. Pois a nossa preocupação maior é a nossa língua e a cultura a qual praticamos com veracidade e alegria, mediante o processo acadêmico tenho dito que a forma viável de manter vivos uma língua e a cultura de um povo por mais anos ou manter em eternidade é tornar essa língua transcrita e repassar ao conhecimento das pessoas que fazem parte desse povo.

O interesse em aprofundar nessa temática, a princípio pelo envolvimento efetivo como indígena como aluno da graduação e agora de pós-graduação, tendo como a experiência e convivência com os meus colegas de pertencimento ao povo Akwẽ-Xerente uma vez que presenciei e sentina pele a grande e imensa dificuldade que todos os acadêmicos e acadêmicas indígenas, ou até mesmo não indígenas passam, porém com menor intensidade.

As pessoas indígenas e não indígenas atrelam com principal objeto de estudar, mas que abarca processo de adaptação e permanência conflitantes e distintas ao adentrar na universidade. Em vista disso, durante a passagem acadêmica já ouvi sérios questionamentos relacionados ao nosso desempenho, do tipo á inquietações relacionadas a “O porquê os Indígenas têm o processo de adaptação difícil” esta e outras mais frases já foram levado aos ouvidos dos indígenas, assim sendo em uma única frase poderia de fato responder essa pergunta, por exemplo, no mesmo tom da indagação, “não é minha cultura”, mas vamos fazer exposições de questionamento com alguma abordagem adiante, que seja pertinente.

Essas indagações e questionamentos também são feitos pelos professores das instituições e pelo próprio indivíduo causador do transtorno psíquico "os indígenas" falácias que ouvimos de alguns acadêmicos não indígenas nos corredores da instituição, trazem um desconforto gigantesco, a esse preceito que ocorre e a qual perpetua como desagrado em ambiente escolar entre o professor e aluno, ou seja, afeta o desempenho aos ambos atingidos, o aluno indígena para com o professor. De todo modo, aprendizagem está associada e entrelaçada ao quadro entre o professor e o aluno. No entanto, a demora de se alinhar com o processo de aprendizagem de ensino superior mistura-se dos dinamismos linguística e das questões em que evidencia da ocorrência da vivência dos mesmos com seu nível intelectual com o não indígena em que se encontram mais avançado em termo de domínio da língua e de

conhecimento universal da sociedade não indígena, como por exemplos do seu modo de viver e a prática dos objetos que fazem parte de sua realidade assim a aprendizagem concebida.

Em palavras técnicas e mais objetivas, este trabalho tem a resistência em investigar a veracidade do problema de dificuldade dos acadêmicos indígenas por se tratar de questões que busca explorar as complexas interações entre fatores culturais, sociais, econômicos e institucionais que impactam a experiência dos acadêmicos indígenas. Com base na discussão, o que me leva a acreditar que estejamos prejudgando de forma equivocada ao dizer que é uma “Dificuldade” tanto pela parte de nós mesmo o próprio afetado e pelos afetados com essa diferença de aprendizagem, que é os estudantes e professores não indígenas da universidade ou possivelmente pode ocorrer em escolas municipais e estaduais, mas na verdade é puramente saber diferenciado orbitando em espaços diferentes de um próprio habitat habituada.

A partir da então evidencia, creio que irá oferecer um apoio para a construção de políticas com o olhar atento, práticas mais inclusivas e sensíveis às necessidades dos grupos indígenas, além disso, o seu envolvimento na academia de nível superior possibilita uma melhor visagem do conhecimento e do uso desse conhecimento para pôr em prática em sua comunidade.

Além disso, dedica-se no quesito das principais dificuldades enfrentadas por acadêmicos indígenas em decorrência de estar em academia de ensino superior em Porto Nacional, apontado diretamente nas populações indígenas Xerente-Akwe, assim sendo, é pertinente sujeitar certas perguntas, do tipo, de que maneira essas dificuldades afetam sua permanência, o seu desempenho acadêmico e identidade cultural? “Com isso em forma de listas, coloco algumas adversidades que me culminou a investigar com relação às práxis resistente em que os indígenas detenham quando estão expostos, em buscar de aprimoramento de conhecimento.

Desdobramentos do problema de pesquisa:

1. **Desafios culturais e de identidade:** Quais dificuldades os acadêmicos indígenas enfrentam ao conciliar sua identidade cultural com as exigências e a cultura predominante nas universidades? Como a questão da identidade impacta sua experiência acadêmica?
2. **Barreiras institucionais:** Quais são as principais barreiras institucionais (como acesso a bolsas, suporte pedagógico, políticas de inclusão) que os acadêmicos indígenas encontram em seu percurso acadêmico?

3. **Impacto no desempenho e na permanência:** Como essas dificuldades influenciam o desempenho acadêmico e a permanência desses estudantes nas universidades? Existem taxas mais altas de evasão ou reprovação entre acadêmicos indígenas?
4. **Questões socioeconômicas:** De que maneira as condições socioeconômicas dos acadêmicos indígenas, incluindo a distância de suas comunidades de origem e o custo de vida nas cidades universitárias, impactam sua vida acadêmica?
5. **Saúde mental e bem-estar:** Como as dificuldades acadêmicas e culturais afetam a saúde mental e o bem-estar dos acadêmicos indígenas? Existem níveis diferenciados de estresse, ansiedade ou isolamento entre esses estudantes?
6. **Políticas de apoio e inclusão:** Quais políticas de apoio e inclusão têm sido implementadas para auxiliar acadêmicos indígenas? Essas políticas são eficazes na promoção da permanência e do sucesso acadêmico?

Assim podemos ressaltar que a formação primária nas aldeias influencia a sua participação em redes ensino, com as dificuldades que se apresenta com o grau maior e menor nas universidades, e essa problemática é situação voltada para a sociedade de não indígena. Em desfavor disso que é importante conhecer os processos de formação dos indígenas nas aldeias em tempos não muito antigos até nos dias de hoje, assim sendo relato um pouco as fases da minha vida como exemplo claro de como e de onde concluímos os ensinamentos escolares de médios e fundamentais, além do mais o ensino da fase infantil não ocorria nas aldeias, isso também é agente de contribuição para a dificuldade de desenvolvimento de indígena no sistema geral da sociedade brasileira.

1.2 História de vida

ROMK MÃDÃ NÃ ROWASKUWÊ

Em minha vivência pessoal enquanto indígena na aldeia consiste diretamente em explicar perguntas e questionamento em torno dos desafios e percursos dos acadêmicos indígenas Akwe-xerente. Sendo assim, o chão da aldeia foi essencial na escrita deste trabalho, visto que a realidade é a prática necessária para concretizar as ponderações a respeito do indígena em cenário acadêmico, e versar na origem em que os Akwê concebiam o ensinamento de forma oratória pelos anciões, é sem dúvida uma informação que contribua de maneira positiva às circunstâncias problemáticas dos acadêmicos indígenas Akwê.

No entanto, antes de prosseguir com a abordagem conceituais, deixo exposto a princípio, verdades cronológicas vivido no passado a meu respeito, momentos a qual foi capazes de fazer acontecer às colocações de assuntos pertinente em atuais, do qual também fizeram ser possível viver esta estapa de qualificação profisional e pessoal, diante disso realizo de imediato um breve histórico de meu percurso próprio para demonstrar de que forma a minha história de vida enquanto indígena se conecta direta ou indiretamente com esta pesquisa acadêmica.

Através da observancia de um olhar indígena, pois acredito que desta maneira a persuasão se torna verídico, com isso tratarei especificamente dos acadêmico Indígena akwẽ, ou seja, sobre o povo akwe-Xerente, assim sendo busco evidenciar e compreender os preceitos de impedimento em relação aos desafios acadêmicos indígenas na universidade, deste modo, surgiu-me o questionamento em razões reais que motivaram buscar explicações, ou ao menos explicar teoricamente eventos de dificuldades, tais como, a austeridade de apropriar-se do vocabulário, ler, escrever de modo lúcido com sentido, também a capacidade de desenvolver a concentração, sobretudo na organização dos horários. tudo isso afeta diretamente na desinteligência, isto é, na discrepância entre pontos de vista que abarca coisas da sociedade não indígena com a da sociedade indígena, acarretando até mesmo na ausência e na desistências dos estudantes indígenas.

A imagem referencial psique é pertinente na boa atuação e participação com os conceitos a qual os mestres do ensino abordam em sala de aula. Mas como um indígena que tem em sua mente um comportamento ligado a natureza, poderia acompanhar mentes não indígenas acostumados a ambiente pautada, poderia competir em condições de igualdade?

Em consonância, o mais pertinente pergunta que façamos enquanto acadêmico indígena, é o assunto que assevera da seguinte forma, quando e como falar? Essa questão pode até soar como algo insignificante, mas tem um enorme sentido a quem soube conceber os conhecimentos através da observação e leitura do mundo silenciosa. O "quando e como falar" do nosso cotidiano soubemos levar facilmente, pois quando o ancião ou próprio pajé falava, não podia dar chilique e nem fazer barulho, apenas no som da fogueira e do luar, assim tínhamos a certeza que estávamos prestando atenção na narrativa e no conceito dito. Por outro lado, essa expressão condiz no apropriar-se do vocabulário universitário este que centra na questão de ler e escrever de modo eficaz, desenvolver a concentração e organizar os horários

de estudos. Isso são coisas que fogem da nossa capacidade e vivência social em tempo recente, mas que isso tem sido superado ao tempo presente.

Durante a minha graduação, tive bastante dificuldade nas interpretações e nas pronúncia de palavras com a sonoridade singular e plural, ademais em gênero e número, passei por um processo de construção e reconstrução de saber, pois tudo que sabia, na verdade, era pequeno diante de muita coisa que eu precisava saber, assim sendo, uma das coisas que refliti nas horas de viagem ao mundo da imaginação, é a questão em que centra nos dois termos, que é de “Ouvir e aprender” e “falar e ensinar”. Palavras que tem a pretensão de poder de trazer ambiguidade de sentido, este que condiz um pouco das causalidade do agir da pessoa indígena, quando está em sua aldeia, a expressão “ouvir e aprender” recai nas manhas de prestar atenção nas falácias dos anciões, já em cenário acadêmico, puxa pela norma acadêmica de pôr em prática do que aprendeu com as aulas oratórias.

Diante disso a sentença que diz “falar e ensinar” no procedimento cultural do povo akwe sempre foi a honraria dos mais velhos e dos anciões, no entanto a vez de falar mantivemos em espera pela boa aquisição de aprendizagem preparado com a maturidade de idade, essas são os requisitos para ter o poder da fala em meios a discursos cerimoniais diante a festa cultural ou até mesmo nas reuniões da comunidade, já no plano acadêmico, é obrigatoriedade o domínio da boa fala e repassar o que se sabe com formação de nível escolar.

Em virtude disso, podemos dizer que enfrentar o desconhecido sempre foi uma tarefa deixado para os indígenas, que lidam de todo e qualquer jeito com o incógnito, mesmo que esse seja um estranho e complicado trabalho escolar. Sair do desconforto nem sempre é o nosso forte, imagino nem de quem queira sair, mas enfrentamos, e por vezes superamos, afinal conhecer e ir em busca de novos conhecimentos, nos dar essa chance de experimentar o que chamamos de desconhecido.

Mesmo com avanço porém em processo lento das questões indígenas, as pessoas indígenas do povo xerente, ultimamente tem conquistado muitas obtenções de qualificação de nível superior, expressivo e bem representativo ao povo guerreiro. Assim como a etnia xerente, vejo que alguns outros povos indígenas também tem superado as expectativas com comprometimento nas entrelinhas de ser autor e escritor renomado de muitas histórias que envolve esse processo de ocupar cargos na sociedade do não indígena. No entanto, falar do povo xerente, não é apenas dizer dos desfavorecimentos e das dificuldades enfrentados, mas

também das lutas alcançadas e vencidas. Foge um pouco do que era esperado, mas que faz parte do meus meios, esses relatos com história de vida, até mesmo a minha forma de trazer ideias e escrever, são sinais de quem sou e de onde vim.

É de conhecimento que o mundo a qual vivemos, vidas são geradas e partir disso experienciadas, histórias são formadas. Assim sendo como todo e qualquer história tem começo, meio e o fim, a minha também se resume a essas etapas da vida, diante disso em tempo presente com o meu glorioso meio narro um pouco do processo de início da minha participação na vida escolar educativa. Cá estava eu, criança forçada a estar em sala de aula entre quatro paredes, lembro-me como se fosse hoje a minha entrada na escola da aldeia, com as mãos dadas a meu irmão mais velho em lágrimas.

Comecei assim a frequentar a escola com os onze (11) anos de idade. Mesmo atrasado, no corrido bimestre dos anos de primeiro a quinto ano iniciais aprendi a ler e escrever a língua akwẽ e a língua portuguesa na escola Indígena Sakruiwẽ. Não tive a oportunidade de ingressar em escola ainda criança, devida a vários motivos, a qual o meu pai e a minha mãe levavam na vida. O meu pai é, como a maioria chama pelo termo "mestiço" é uma palavra que associe as pessoas que teve a miscigenação racial, ou seja, mistura de raça, indígena com não indígena. Devido a migração de um território para outro, com destino ao município de Tocantínia em período que estava criança ocorreu esse atraso no estudo.

As primeira impressões de ter aprendido a ler não contive a emoção, foi maravilhoso, fiquei tão contente e alegre no momento em que tive a sensação de saber lê, pois sei que isso destrava a cabeça para leitura de texto que fale do mundo. Chegando nas séries de quinto ano já não fazia mais leitura trêmula e nem parada, como se fosse uma leitura silábica. Em virtude do meu esforço e o gosto que tinha em fazer realizar tudo que era submetido a mim, percebo agora que desde criança já possuía esse jeito de não desistir, uma personalidade a qual me fez chegar longe.

A vinda de percepções de como as coisas aconteciam só veio quando estava atuando em escola grande, onde passei os meus estudos de ensino fundamental finais e ensino médio, na Escola Centro de Ensino Médio Indígena Xerente, conhecida pela sigla "Cemix-Warã". Foram outros anos maravilhosos que vivenciei em minha vida. Ali ganhei maturidade e a capacidade de corresponder com os desafios de estudos e da vida pessoal. Logo mais tardar na conclusão de ensino médio tive a oportunidade de realizar a inscrição no Exame Nacional de

Ensino Médio (ENEM) uma prova em que avalia a competência e o conhecimento adquirido ao longo dos anos de estudo no ensino médio.

Contendo o entendimento em nível sutil a respeito da familiaridade do não indígena, em relação a sua vivência e costumes diários em seu território urbano e nas instituições de ensino,desse jeito me joguei a instrução de ensino, mesmo tendo essa falta de habilidade de um super dotado de inteligência. Apesar das dificuldade de atuar com eficiência,sentir e vivenciei as experiências de ser estudante da instituição de ensino superior. De início sentia desconforto enorme, acredito que é normal, tudo e qualquer começo de algo que estejamos a começar como novo é sempre um estranhamento.

Acostumado a lidar com os hábitos da aldeia, sabia que sentiria apuros pelas coisas que não se entende com facilidade, mas não imaginava que essa sensação de ser incapaz pudesse mi deixar em extremo desânimo emocional, isso posto, nos mostra que o desfavoreciemnto causada pelo costume, em tais envolvimentos com as nossas qualidades de vida influencia na competência de participação e engajamento em ensino escolares, do mais em ensino superior, acarreta com mais frequência esse sentimento de incapacidade. No entanto relato o meu processo de construção e desconstrução e a minha participação na universidade Federal, em que sucedeu no ano de 2017. Minha história de vida que continua na seção 1.3 na relação lógica da organização social do povo Akwê – Xerente com a educação escolar.

CAPÍTULO II

2. A RELAÇÃO LÓGICA DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO POVO AKWÊ-XERENTE COM A EDUCAÇÃO ESCOLAR

SIMÊ TKRÊ TOM PÊS ROWAHTUZEP WA KRHÊMBA DA WASIWAZE AKWÊ TE HÃ

Figura 3: Warã - Pátio (Lugar de aprendizagem e conhecimento da Cultura Akwê)



Figura 4: Nomeação masculino (Dakmãhrâkwa)



Fonte: Compilação do autor

Conhecendo o pensamento que os sábios anciões têm no que se refere a “Warã” o pátio da aldeia sempre foi o lugar de meu pertencimento, a qual as práticas culturais são concebidas e aplicadas, que ainda não era algo se ensinava ou reconhecidas em escolas e instituições de ensino de grau maior, que encontravam nas cidades do não indígena. Compreendendo assim é essencial trazer ao conhecimento de maioria, que o modo a qual partilhamos os conhecimentos universais da sociedade indígenas.

Todos os saberes da nossa cultura seja ela, a vida, cultura e identidade do outro é a partir do envolvimento em um espaço chamado "Warã" que o corre a manifestação maior de conhecimento ancestral, este que em definição de aportuguesada pode referir ao “pátio”. Neste espaço são partilhados saberes que os anciões levam consigo sobre a nossa cultura de forma geral, além de ser um lugar de funcionalidade de tomadas de decisões perante o cacique da aldeia e os conselheiros que é visto como os mais velhos. Diante disso, também serve de cerimônia espiritual dos pajés (membros da aldeia que tem dons de cura com remédios caseiros e com invocações de espíritos) e ao cultivo de prática de dança, entre outros muitos rituais que envolvemos práticas no Warã.

No meio do povo Akwê conhecido como a primeira professora indígena Mulher a exercer a função de professora. Assim sendo a indígena professora Noemi Wakrtadi em seu trabalho sobre o conhecimento indígena do povo Akwê-Xerente, fala da utilidade do espaçowarã.

"Antigamente existia no centro de cada aldeia um pátio, o "Warã", onde a comunidade se reunia para transmitir tudo a respeito de nossas antigas tradições. Eram os anciãos que passavam, de geração em geração, todos os conhecimentos sobre nossa cultura Akwê Xerente. No pátio se tomavam as decisões e solucionavam-se os problemas da comunidade. Crianças e jovens aprendiam canções e brincadeiras. As mulheres tinham, também, seu "Warã". As anciãs conversavam com as mais novas sobre a vida da mulher Xerente, davam conselhos e orientavam as jovens para o casamento. Quando as mulheres reunidas tinham uma comunicação para os homens no seu "Warã", elas recorriam ao seu mensageiro, o "Danõhuikwa", e nem o mensageiro dos homens podia entrar no "Warã" das mulheres. A comunicação se dava por intermédio do "Danõhuikwa" das mulheres " (Noemi, 2012, p. 52).

Assim por entendemos que o processo de ensino que os anciões em tempos passados serem em consonância a oralidade. Em virtude disso, fez em minha razão refletir e compreender a complexidade do engajamento educacional dos acadêmicos indígenas para com o muro da instituição de ensino superior, que influenciam a relação de quem somos e o que fazemos com o ensino do não indígena na sociedade brasileira. Além de ser um dos propósitos nosso vencer e tornar uma pessoa habilitada a exercer o seu papel, é cativante entender em detalhes o quão desafiador é para os estudantes indígenas que trilham o caminho até a universidade e, além disso, suscitar o quão forte esses destemidos buscaram os seus objetivos em meio a tanta adversidade, sendo ela em termo de costumes não conhecidas e no aspecto linguístico. Em verdade digo, que estes jovens e adultos que hoje muitos se encontram em Universidades Federais estiveram os seus ensinamentos mesclados, ainda mais que a aprendizagem em que o aldeado foi precário e partindo do pressuposto que devemos preservar o ensino de nossa língua originária.

Compreendendo assim os indícios mostrados em relação à predominante inferência de cultura, aparentado pelo um dos grupos de povos nativos deste país que está sempre em ambas às tradições e valores, deste modo, o ensino e aprendizagem de um indígena que foi instruído na educação escolar indígena, ainda que dominasse a segunda cultura, rodeamos a margem da sociedade não indígena, visto que em maioria das pessoas não indígena cogitam que, o envolvimento da cultura indígena diz ser uma prática social não tão importante. Ao remetermos isso a Educação, enxergamos outra versão de que este país em sua formação histórico está muito mais ligado aos contextos dos povos originários, e no ensino educação

escolar do não indígena, retrate a história do Brasil dando ênfase aos Europeus. Pretendo pontuar com isso, que se o caminho tomasse outro rumo no olhar de valorização cultural nas instituições de ensino brasileiro relacionado à formação da nação, teríamos menos conflituosa dificuldade no modo de um indígena em que se encontra no processo de qualificação de grau de estudo em nível superior, consista em virtude de enfrentamento de umas causas desiguais, que se está na esfera de ensino indígena e não indígena.

Uma vez que pude vivenciar como acadêmico indígena e como docente em período curto que lecionei na aldeia Funil Sakrêpra. No entanto este trabalho consiste na pesquisa visando a minha atuação enquanto pessoa que se faz presente na convivência em que procede ao ensino bilíngue dos indígenas, desde a infância até em seu crescimento enquanto pessoa que se envolve no meio da sociedade não indígena.

Vale ressaltar que o ensino nas escolas não indígena é uma maneira muito sistemática de transmitir conhecimento, de certo os seres humanos lapidam os seus meios a partir da experiência adquirida por vivência, da mesma maneira ocorre com os indígenas, o que difere é que essas instruções de aprendizagem acontecem em outros cenários, assim muitas coisas se tornarão incomum com a sua realidade, acarretando nas distorções de saberes e adaptação em processo demorado de acompanhar conteúdos que estejam fora do seu costume habitual.

O objetivo da criação da escola sempre foi com o intuito de proporcionar um atendimento mais adequado, na percepção dos alunos, com relação ao povo indígena, especificamente tratando da etnia Xerente. O ensino de educação tem sido atualmente um processo pelas quais nos possibilita aprimorar os conhecimentos em que vem de berço e gerando inúmeras linhas de informações que tornam como teia de aranha no espaço incógnito de nossas cabeças. Uma a uma são como os fios em que contém aprendizagem vinda de sua experiência de vida. A sala de aula com seu professor têm atuando de forma que igualitário ao indivíduo indígena.

Em virtude disso podemos pensar o seguinte, se um aluno indígena com sua bagagem de vida da aldeia, de tudo que ele conhece perante a natureza, até mesmo o modo a qual o silêncio da natureza faz de seu comportamento ser calmo, ao adentrar na cidade com anseio de estudar, se tornam um peso enorme ainda mais que a realidade de ensinar estará totalmente voltada à experiência de vida da cidade e ocidental. Os indígenas por meio de não ter o contato com as outras culturas se vêem limitados em denotar certas aptidões de objetos ou

termos da linguagem usual. Assim sendo, esses são uns dos fatores que tem contribuído diretamente ao escasso comportamento acadêmico. Levando no cenário acadêmico, seja ela no desempenho de trabalho individual como também em grupo o desempenho será baixo. Ao que entendemos como choque de cultura, afeta nos atributos de convivência e permanece no ensino ministrado em instituições de ensino superior.

Mesmo que seja vista como trivial, mas essas questões são essenciais para visar o entendimento dos eventos problemáticos e fazer com que tomes atitudes cautelosas quando se trata em ter um estudante indígena em um espaço de ensino, com intuito de buscá-lo harmonia entre o saber indígena e não indígena. Em conformidade, a explanação conceituada trará resultado vantajoso, ou seja, o conhecimento sobre esses impasses que ocorrem no ensino do não indígena para com os indígenas fica de fácil planejamento visando os anseios que precisa ser levado em conta em ministrações em sala de aula. Sendo que os benefícios da pesquisa estão relacionados ao seu impacto público que tende suscitar o corpo da instituição e a aldeia como ensino primário de suas competências.

Assim, as possibilidades de contribuir para a melhoria da atuação no aprendizagem educacional e para a construção de uma educação de qualidade do indivíduo indígena, se torna bem mais grandioso e proveitoso, uma vez que quando tratamos da educação indígena, estamos falando de conceitos e concepções voltadas para práticas do exercício pleno da natureza educacional como princípio pelo convívio no meio nativo matagal.

Posto isso, a natureza se torna conexão com os indígenas, assim também os indígenas para com meio ambiente, visando a construção coletiva da comunidade indígena, em que envolve uma educação que suscita aos elementos da natureza, do tipo: conhecimentos de plantas, ervas e árvores, no aspecto de saber nomes, utilidade para curandeira de ferida ou escabrosidade do corpo. No saber dos animais, que além de ser uma forma de sobrevivência se torna benéfico os restos dos animais, com tudo na exposição de como o tempo se comporta e quando muda.

Diante disso, podemos visualizar a questão problemática a ser resolvida, o cenário que os acadêmicos indígenas se encontram. De um lado, podemos perceber o ensino ministrado pelo docente em auto nível com a qualificação de elementos voltados as questões não indígenas universal. Do outro, os indígenas em busca do aprimoramento do saber universal da comunidade não indígena com o seu conhecimento limitado a respeito da sociedade brasileira

com a língua dominado. Em consonância ao sistema em que compõe o nosso meio, é inevitável cogitar o não envolvimento nas esferas escolares e na sistematização trabalhista do país a qual pertencemos, diante disso somos confrontados a seguir uma hierarquia nova em nossa sociedade indígena.

Em nossa fala ao referir a um povo específico soa em nossa consciência de que esse povo se encontra em um único lugar. Diante disso é essencial compreender que em detrimento da demarcação de terra, as pessoas da etnia Akwê estão espalhadas nessas áreas com suas respectivas aldeias. No entanto, em todas as aldeias localizadas nas reservas Xerente e Funil, isto é, duas áreas limitadas da etnia Xerente, a funcionalidade da educação escolar indígena, com intuito de instrução de conhecimento é amparada e abrigada por várias leis que atestam o ensino aos povos originários, como por exemplo, pelo papel mais importante do nosso país, que é a Constituição Federal de 1988, também pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9394/96, o Plano Nacional de Educação – PNE nº 13005/2014, a Resolução nº 03/99 do Conselho Nacional de Educação – CNE e o Plano Estadual de Educação do Tocantins – PEETO nº 2977/2015. Essas normas garantem o respeito à diversidade cultural, em específica o ensino na língua falada.

Essas garantias previstas nas cartas de leis brasileiras, posto para exercícios de execução perante o meio social não são observadas na organização referente à gestão escolar não indígena, é uma soberba em parte por não levar em conta do que está previsto nas leis em que são regras e normas para todas as unidades escolares, e não levar em consideração suas especificidades e diversidades. Com esse ato recai nesse estigma de esmagar as pluriculturas que não foram tocadas e nem debatidos em escolas de ensino fundamental, e a essa falta de instruir o conhecimento tradicional dos indígenas que de fato diante da não informação concisa, trará inconsistência no modo de aprender por viés das relações apresentadas em universidades. Este foi um ponto relevante a qual me fez buscar perguntas sem respostas para que este questionamento do mau desempenho dos alunos indígenas nas instituições federais não seja dito que é puramente uma dificuldade somente cultural.

Uma das contradições que deixo explícita neste trabalho, está relacionado à políticas educacionais brasileiras que visa pouca preocupação em relação a cuidar de educação indígena em que além de abranger sérios fatores que norteio no enfretamento de preconceito nas normas submetidas que não se enquadra nas questões indígenas, isto é, deixando de lado a observância da língua e a cultura de cada povo, penso que se tivesse uma política e diretriz

voltada especificamente para questões indígenas não teria que ter tanto enfrentamento nas problemáticas de permanecer em ensino de nível superior. No cenário acadêmico, lógica que os níveis em que os semeadores e lapidadores de conhecimento consistem em levar o ensino com seriedade e rigidez em todo mundo e a qualquer um, mesmo aqueles que se dar nessas dificuldades de interação e na adaptação nos processos educacionais do não indígena, mas convenhamos que seja óbvio que a dificuldade no modo de aprender, diante da língua ocidental brasileira, contendo a língua em todos os aspectos e costumes concebidos por ancestrais o torna complexo.

2.1 a escola na aldeia e caminhos percorridos pelos academicos indígenas akwẽ

ROWAHTUZE WAZAKRU WA KÃTÔ DURE BDÂDI MBA KRWAIRBE MNÕ
HÊSUKA SANÃMR KWAI NÕRĨ AKWÊ HÃ

Figura 5: Escola Indígena Sakruiwẽ



Fonte: Compilação do autor

Em tempo distante do passado cogitava-se de que era impossível ocorrer casa de concreto em áreas de reserva indígena, aos poucos foi se tornando uma realidade, a Escola na Aldeia. Tratarei de forma específica das escolas em aldeias com relação ao povo Xerente, hoje, por exemplo, estima-se 110 aldeias, e dentro dela são aproximadamente 44 escolas. Recordo que no passado, como costumávamos dizer que as aprendizagens eram concebidas e

aprendidas pelos ensinamentos dos anciões em locais de ar livre sob a fogueira clareando, agora compreendido por instituição que fornece o processo de ensino pelo professor. O que pretendo dizer com esses relatos, de que o jeito que praticamos a transmissão de idéias e valores para as pessoas mudou diante dessa mudança da forma como aprendemos, também alterou no espaço ensinado, ou seja, deixando de lado o Warã (entendida como Pátio, espaço de aprendizagem akwê) e outro aprimorando o entendimento da língua do não indígena.

A mudança de fato é inevitável, traz consigo sérias lacunas que afeta e modifica a nossa relação enquanto ser humano com hábitos criados e voltados para a natureza. A educação escolar nas aldeias indígenas e de forma geral no Brasil se diferencia da educação tradicional oferecida nas áreas urbanas e rurais em diversos fatores escolares, uma delas sendo marcada pelo respeito aos conhecimentos tradicionais, pela valorização da língua nativa, tornando assim, pelo ajuste do currículo às necessidades culturais e sociais de cada comunidade indígena.

Em virtude de conhecimento superficial sobre a adaptação dessa matriz educacional nos outros povos tradicionais, mas que uso como exemplo a realidade do povo em questão, posso assegurar que foi crucial, especialmente a partir do ensino médio, que cumpre o papel de preparar os jovens para o ingresso no ensino superior e o mundo do trabalho. O currículo exigido não indígena marcava de ir contra com a realidade de muitos povos indígenas em que começaram a passar mais em escolaridade, mas, contudo, serviu de modelo para que readequar-se a matriz curricular, integrando disciplinas que trate das especificidades dos povos originários, assim ocorreu nas atribuições de ensino com o povo Xerente, na escola indígena Sakruiwê é ensinada as duas línguas no começo das series iniciais, ou seja, a partir dos primeiros (1º) anos. É nesse contexto que se torna importante refletir sobre como a experiência escolar com a readequação curricular dentro da aldeia influencia as escolhas de cursos de graduação feitas pelos jovens indígenas e quais são os desafios e as oportunidades que eles enfrentam ao optarem por uma carreira acadêmica.

Pouco se tinha conhecimento sobre a educação escolar em contexto indígena, no qual surgiu no Brasil como instrumento para lidar com aptidão de educar as pessoas em seu caráter de ler e escrever, ao mesmo um esforço do governo para promover a inclusão social e o respeito à diversidade étnica e cultural. Uma das leis que sempre recorro para suprir essas dúvidas se a prática de educação nas aldeias é obrigação ou dever, de assegurar o ensino escolar indígena para comunidade tradicional, isso posto, reafirmo de que não opusemos apenas com os nossos dizeres a respeito do direito a educação, que dizem ser de qualidade para todos, no entanto, em verdade está escrita no papel que rege os direitos do povo

existente, tanto não indígena como também para os indígenas neste país, seja ela preto, branco, pardo ou indígena todos estão sujeito a ela, assim sendo falo da Constituição de 1988 e do mais da criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, que garante o direito à educação específica e diferenciada para as comunidades indígenas.

Mesmo sabendo que no plano prático de ensino diferenciado, isso nos dá a liberdade e autocracia de exercer os nossos anseios em unidade coletivos de saber compartilhado em áreas dos povos indígena Xerente, ou seja, em escola, que tende a ter tendência de seguir com os mesmos métodos de ensino do currículo do não indígena, sei o quanto é necessário o ensino tradicional do não indígena, porém salienta-se de que as escolas nas aldeias têm autonomia para adaptar o currículo e a metodologia ao modo de vida indígena, o que favorece a preservação dos conhecimentos tradicionais e das línguas nativas, do mais trata de questões que é o mundo vivido por eles.

De todo modo está sujeito a certo acarretamento ao centrar o ensino que são de competência a nós, esse modelo, que é tratar de questões culturais como, a língua, a cultura prática, ou universo indígena no modo de preparar para mundo visa, portanto, não apenas ensinar os conteúdos acadêmicos, mas também fortalecer a identidade cultural, o que influencia profundamente as perspectivas futuras dos alunos, para isso vamos entender a partir das indagações destacadas, logo a seguir.

Caminho que traçamos, logo é sujeitado a nós que percorre uma série de obstáculo, em maioria das vezes penso que em comparação com o pessoal indígena Akwẽ da aldeia mais distante somos privilegiados, em visto que a facilidade de se locomover a universidade se dar em nível menor de dificuldade. A prova disso esta na participação dos acadêmicos indígenas que estão nas universidades, em detrimento a uma análise individual percebe-se que os alunos ingressantes são a maioria individuo fica a margem do rio e estrada, a TO 010 é o que mais facilita a concessão de rodagem de veicula para transitar de forma tranquila. Aquele que não conseguir transporte que corte a Reserva Funil, ou seja, pelo TO-010 optam pelo a cidade de Miracema do Tocantins, enfrentando a passagem pelo rio, seja ela de balsa ou por voadeira, sem contar que ainda tem que pegar a moto de sua família ou parente para se deslocar da aldeia local. Nem todos têm veiculo a sua disposição, na maioria das vezes por não ter com que sair de sua casa para a cidade de Tocantínia e depois para a universidade, perde as aulas ou chega atrasado.

Em mesmo circunstancia, porém diferente, passo pelos mesmos apertos. Em período que iniciei as minhas aulas de graduação no ano de 2018, o transporte coletivo de Tocantínia a Palmas não circulava, diante disso enfrentei frios de da madrugada, pois as aulas são em

período matutino e com isso chegava atrasado aos dias de segunda-feira na aula do professor. Fazia a seguinte trajetória, de casa o meu irmão mais velho me deixava na cidade de Lajeado em sua motocicleta em percorrida de 8 km, no ponto que outros veículos de transporte coletivo ou van passavam pela TO-010, logo chegando a palmas, pega outro coletivo ou carona para alcançar o destino de estudo. Repetia esse trajeto todos os dias, pois em tempo que entrei estavam construindo e reformando a casa de apoio aos estudantes com renda baixa. Assim, da mesma forma que nem todos conseguem ter veículo, também não tem renda, a minha maior sorte foi que em período de oportunidade de serviço assalariado, como professor auxiliar na aldeia, guardei para uso futuro, logo no envolvimento com a universidade me ajudou a me locomover até conseguir apoio da instituição de ensino e do MEC, Ministério da Educação do Brasil, que visa atender a permanência dos estudantes Indígena.

Assim no tardar do ano e no andar do período, conseguir me adequar e ter menos despesas e problemas com as rotas de vindo. O outro obstáculo denso é a implicação com o ensino, a partir do envolvimento surgiram enorme dificuldades no acompanhamento com relação ao conhecimento ocidental e a língua em prática.

2.2 AS INFERÊNCIAS DE APRENDIZAGENS DA ALDEIA Á UFT

KRSIKWAKRU ROMKWADKÂ SIWAIHKU WAZAKRU HAWIM HÂUFT TMË

Figura 6: Aldeia Funil Sakrêpra



Fonte: Compilação do autor

No entendimento ancestral, enquanto indígena, havendo ser uma gente que tem as suas existências ligadas à natureza, ou seja, em aldeias que detém do colo da mãe terra, nome relativo a lugar concreto que é mencionado na compreensão de muitas como uma morada em zona rural ou em área de reserva indígena, mas para nós ela representa mais que um espaço de convivência, retrata e guarda a nossa cultura, tradições e organização social própria deixada pelos entes que vieram antes de nós. É neste lugar que os povos indígenas, em especial do meu povo Akwẽ mantêm as práticas, saberes e valores culturais, mesmo diante do contato com a sociedade não indígena, atuem as práticas, pois acreditamos fielmente que a partir dela preservamos a nossa identidade cultural.

Deste modo, com base na existência de vida na reserva indígena Funil e a ligação com o ensino superior, afirmo que as inferências de aprendizagens da aldeia indígena para a UFT (Universidade Federal do Tocantins) acontecem certas implicâncias no saber diferente o qual envolvem a valorização do conhecimento tradicional, a preservação cultural e a integração de saberes ancestrais com a educação formal. Essas aprendizagens, sendo pertinente e rico aos nossos anseios, ajudam a fortalecer a identidade indígena, promovem ao mesmo tempo o respeito às diferenças e contribuem para uma formação mais inclusiva e diversificada na universidade, além do mais proporciona essa aceitação um ensino plural de conhecimento. Toda via o ensino formal sempre foi um trauma para um vasto público, tanto aos possuidores da própria língua, estou falando dos brasileiros, desse modo a dificuldade dos indígenas em assimilar o ensino formal se torna um desafio árduo e difícil, sabendo que se trata de universos diferentes de costumes e vivências de objetos imateriais e materiais distintos para correlacionar a suas imagens acústicas de determinado conceito imaginário.

A situação angustiante dos indígenas em assimilar com a facilidade o ensino formal, geralmente está relacionada a diferenças culturais, sendo também linguísticas e da habitualidade no contexto do espaço. Muitas vezes, imaginávamos que poderia aderir esse conhecimento voltado a questão da vivência indígena, esse currículo padrão não leva em conta os saberes tradicionais, tais como a língua originária e as formas de aprendizagem próprias das comunidades, o que pode dificultar a compreensão e o engajamento dos estudantes indígenas. Além disso, ao que pondero e clamo que a falta de professor capacitado para lidar com a diversidade cultural e a ausência de uma abordagem pedagógica que respeite e valorize os conhecimentos ancestrais também contribuem para essas dificuldades ser muita mais agravante. Por isso, aos sensatos é importante que as instituições de ensino adotem

práticas mais inclusivas, de relevância em nível superior, que respeitem a cultura indígena e promovam uma educação que dialogue com saberes e a maneira de aprender do indígena.

A aldeia é a extensão de quem somos e, além disso, retrata as nossas vivências e experiência. Tudo aquilo que sabíamos, imaginávamos que poderia ser suficiente para se sobressair aos encantos de conhecimento do não indígena. Na aldeia, os indígenas aprendem, de fato com mais facilidade os saberes e conhecimento da cultura do mesmo, que trata de uma variedade de conhecimentos importantes para a cultura e a forma de existir. Do mais os anciões de cada clã de cada aldeia que existe no território Xerente, a todo o momento eles pedem que aprendam sobre as nossas tradições, histórias, rituais e valores, que não veio de um mero desejo de alguém, mas que foi deixado pelo pai maior de todos, são passados de geração para geração.

Mesmo com as redondezas sendo estreita em nossas terras, perante a cidade, a plantação industrializada, aprendemos as técnicas de pescar, caçar, agricultura e coleta de alimentos na reserva. Além disso, o uso de plantas medicinais, que cada pessoa da aldeia tem suas competências de produzir remédio para tratar as enfermidades, desse modo é importante para a nossa sobrevivência e o bem-estar no dia a dia. Contudo possuímos ainda, o a língua originária, também aprendemos na aldeia e na escola, a prática sobre as línguas que estão nas músicas e danças do povo Akwẽ. Do mais adquirimos a forma própria de organização social, em que essa maneira de constituir a vivencia grupal fortalece a identidade cultural. Tudo isso ajuda a manter viva a cultura indígena e a garantir a continuidade de suas tradições do Akwẽ.

2.3 A influência da educação diferenciada nas escolhas dos cursos de graduação

AIMÕWI MSNÃ HÃ ROWAHTUZE TÊ DAKRÊWAZARI HESUKA SANÃMR
KUIPTU TÊ SMISTU MNÕ HÃ

Em primeiro lugar é relevante entender a qual educação diferenciada está sendo tratado, não é simplesmente dizer que é uma escola que pratica a adaptação de ensino às necessidades dos estudantes, é preciso fazer perguntas, do tipo, qual escola? e quais estudantes? Já que mesmo em área metropolitana atuam em instrução específica. Em virtude disso, que são da natureza nativa ou tradicional que menciono essa abordagem do diferente modo de ensinar, ou seja, ao dizer “Educação Diferenciada” em detrimento a isso que situam os apontamentos, que por sua vez dizemos que é uma escola que promovem um ambiente de identidade cultural

tradicional dos originários. O Programa Parâmetros em Ação Educação Escolar Indígena já prever e assegura essa equidade na educação.

“Com a Constituição de 1988, assegurou-se aos índios no Brasil o direito de permanecerem índios, isto é, de permanecerem eles mesmos, com suas línguas, culturas e tradições. Ao reconhecer que os índios poderiam utilizar suas línguas maternas e seus processos de aprendizagem na educação escolar, instituiu-se a possibilidade de a escola indígena contribuir para o processo de afirmação étnica e cultural desses povos, deixando de ser um dos principais veículos de assimilação e integração.” [As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena / organização Luís Donisete Benzi Grupioni. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001. 72 pp. Brasília 2002] p.9

Penso que a educação diferenciada pode ser uma oportunidade ou um reflexo das diferenças em termo de oportunidade na participação em economia, isto é, em distribuição e acesso aos bens, bem como em educação, saúde, serviços e os demais fatores sociais que são de ocupação pela pessoa culta e capaz. É perceptível que o Brasil possui uma governança que favorece a elite, este que em instituições, especificamente na educação é visto como pessoa com uma bagagem de experiência mútua, mesmo em escola de custo gratuito essas pessoas tornam-se favoritos, aos olhos de professores que enxerga somente a pessoa com pensamento mais crítico e engajado.

Em tempo recente, uma magnitude de proporcionar aulas aos indígenas era como se a escolas que promovesse um ambiente de descoberta, pois ao certo não se tinha uma escola que atendiam as necessidades dos alunos indígenas, em face disso há muita carência no âmbito da atuação nas redes de ensino superior. É recorrente que ao termino da fase da última etapa da educação básica, o interesse em seguir em frente torna instigante. Assim sendo ao concluírem o ensino médio, os jovens indígenas Akwês se deparam com a escolha de cursos de graduação de forma não muito sábia, pois é algo que é desconhecido, certo curso que ocorriam as aulas, imaginávamos ser da maneira que acontece no ensino médio.

À visão daqueles que desejam continuar, escolhem os cursos de graduação não por fato de conhecer exatamente a vocação no papel que tende a ter na vida social perante o grau de ensino cursado, por mais que seja escolha errada, essa decisão é cabida de influência pela realidade que vivenciaram na escola da aldeia, ou até mesmo na vivencia, pois de certo modo o conhecimento sobre determinado curso ou instituição de boa recepção, chega aos ouvidos pela passagem de alguns indígenas que iniciaram os passos de estudar em nível superior. Muitos acabam optando por cursos que atendam às necessidades da própria comunidade, por exemplo, Pedagogia e Letras.

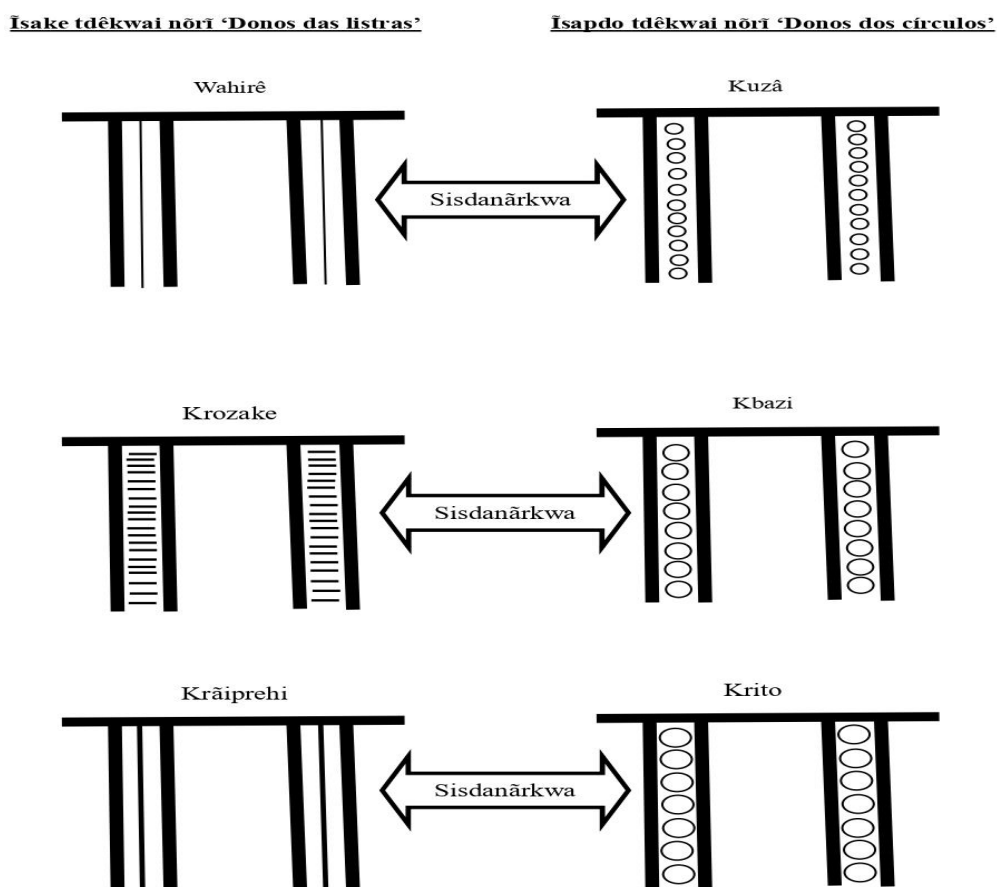
Para suprir a demanda atual de professores indígenas, até então os professores indígena em tempo recente, atuavam em sala de aula com a experiência adquirida e aprimorada com o programa de magistério indígena, alguns não chegavam ter a chance de estar nesse programa, por motivos de locomoção, quando se trata de aldeias distantes fica difícil de acompanhar as aulas do programa. Geografia e História, em razão de território indígena que estão em nossa posse, para proteger e saber usar da melhor forma possível, no momento está em constante fiscalização em relação aos dois territórios Xerente, conhecido como Terra Indígena Xerente e Funil, outro pelo processo histórico de memórias ancestrais que foram esquecidas e aos poucos sendo estudado pelos indícios e coletado para o benefício da comunidade indígena do povo Xerente. Enfermagem, visando melhorar o acesso aos serviços de saúde dentro das aldeias, onde as pessoas formadas nessas áreas têm a facilidade de atuar em áreas de difícil acesso. Dentre esses cursos, os mais estimados pelo povo são os cursos de História e Geografia.

Além disso, temos o curso de Direito que tem sido escolhido por aqueles que desejam defender os direitos indígenas e contribuir para a luta pela demarcação de terras e pela manutenção de políticas públicas voltadas para os povos originários. No meu entender a forma como os alunos vivenciam o ensino impactam diretamente em seus desejos e escolhas profissionais, no entanto é de grande importância conhecer como se dar pela opção de optar, que é especialmente no momento decisivo da escolha do curso superior.

2.4 A organização social do povo akwê-xerente com a educação escolar

WASIWAWI MNÕ AKWÊ TÊ HÂSIKMÂDKÂ PIBUMÃ ROWAHTUZEP NRÕWA WA

Figura 7: Os Clãs do Povo Akwẽ



Os aspectos de ensino cultural do saberes indígenas estão presentes nesse espaço atuais de cultivar e aprender novos conhecimentos, ao que chamamos de escola, neste contexto que pretendo introduzir o método de aderir à organização social do akwẽ em espaços escolares com ensino indígena e até mesmo do não indígena ou ao menos pretendo replicar ao que de fato está ocorrendo, à mudança de ensino que antes os anciões em seus tempos de aquisição de conhecimento eram apenas em via de oratória que acima de tudo era escutado em um estado de atenção absurdo, tipo de comportamento que não conseguimos ter em sala de aula.

Contudo não se media e não tinha esse propósito de envolver na condição de nível de escolarização o ensino dos mais velhos, o único intuito era a preocupação com a cultura que envolve a pratica de cantoria de nomeação feminino e masculino, cantoria para alegrar a festa cultural, os termos de tratamento, que é termo técnico que as crianças e os jovens devem saber mediante ao ensino dos pais, isso se dá pelo respeito com o mais velhos, aos pais, tios, tias, avós, avôs etc. usamos termos técnicos de respeito não apenas pelo ao grau de parentesco,

mas como forma de tratamento como todo, pela ligação clânico, que inclui todas as gentes que fazem parte desse ciclo familiar, e isso é usado tanto em pessoas que está em vidas como também tem nomenclatura apropriada a se referir para quem já faleceu.

Neste cenário devido à organização social do povo Akwe, uma vez que os indígenas xerente são devidamente divididos por uma cosmovisão dual do universo. Assim surgem partidos clânicos que estão em números de seis grupos, sendo as três pertencerem uniformemente da mesma família, assim também os outros demais três grupos fazem parte da conjuntura familiar. Cada um desses clãs tem seus nomes identificáveis, o grupo reconhecido como donos dos talos de buriti que é *Īsaketdêkwainõrĩ* (ou donos das listras) referente aos grafismos corporal que este grupo tem em suas caracterizações, são compostas por (WAHIRÊ) primeira associação que leva o nome de donos dos talos de buriti fino, que possua a pintura com linhas finas em sentido vertical, a diante vem o (KROZAKE) que leva o nome somente na língua originária, mas que se associem aos talinhos em listras verticais, completando o grupo de família de três, surge então a associação que quase vieram ser extintas por conta dos conflitos que há muito tempo este grupo travaram com os demais clãs, estou falando do (KREIPREHI) este também não tem o nome dado para ser conhecido na língua portuguesa. Do mesmo modo acontece com o grupo oposto, que sobrevêm de números de três membros.

Conhecida como *Isapto Tdêkwainõrĩ* (donos dos círculos ou bolinhas) estes por sua vez, tem os mesmos grafismos que estão em volta de seu corpo, o diferencial são os desenhos que estão entre as linhas com contorno maior. Assim sendo o partido ideal para que haja vínculo de casamento ou diálogo sobre os conhecimentos relacionados à cantoria dos nomes que são próprias de cada grupo, forma de tratamento, orientação para manter paz entre os clãs, tudo sob viés dos anciões que também a cada um possui seus sábios detectores de saberes ancestrais. Diante desse contexto, manifesto os grupos oposto que fazem com que o círculo da organização fique completo, a começar pela gente que tem vínculo ideal pelo primeiro clã do grupo contrário, leva o nome de *Kuzâ*, que composta à significação e pertencem à multidão do Fogo. Logo em seguida aparece o clã *Kbazi*, no que lhe toca o sentido tem a ver com grupo do algodão, por fim o ultimo clã.

O conceito de relação lógica que faço referência é à conexão que há sentido entre a ideia da escola e a organização social do akwẽ no funcionamento do corpo escolar, ponderando argumentos e elementos dentro de um raciocínio de uma escola que de fato é intercultural.

Atenta-se para o fato de que em vários momentos cito o termo “Clã” em nosso contexto enquanto indígena do povo Xerente, ou Akwê expressão que melhor nos representa e autodenominamos por nome, pois está escrita em nossa língua e retrata ser guerreiro e gente originário, nesse sentido que surge ao que chamamos de clã, podendo ser entendido que um clã é um grupo social que geralmente é formado por pessoas que compartilham uma mesma origem, ancestralidade ou laços familiares. No contexto mais explícito, em nossa organização são seis clãs que cada um tem aproximadamente 800 a 900 pessoas, por exemplo, o clã é uma divisão dentro da comunidade Xerente que representa uma linhagem de parentesco, muitas vezes esses clãs são nomes ligados a um animal, ou elemento da natureza que simboliza a identidade do grupo, conforme citado acima podemos notar nomes diferentes de acordo com as coisas que estão em volta. Esses clãs têm suas próprias tradições, histórias e regras, e desempenham um papel importante na organização social, cultural e espiritual das comunidades.

2.5 Desafios para a inserção no ensino superior

ROMKMÃDKÂ KHÊMBA MNÕ NÕKWA SBRÊ PIBUMÃ ROWAHTU ZAWRE WA

Embora o ensino nas aldeias contribua para fortalecer a identidade cultural e o conhecimento tradicional, ele ainda enfrenta desafios para garantir que esses jovens indígenas estejam bem preparados para o ingresso e a permanência no ensino superior. Muitos deles precisam lidar com a barreira da língua, já que o ensino superior é predominantemente em língua portuguesa. Deste modo acarretam choque cultural ao migrarem para cidades maiores. Para enfrentar esses desafios, algumas universidades brasileiras têm buscado oferecer políticas e ações voltadas à esses aspectos. Contudo, tais iniciativas ainda são insuficientes diante da realidade vivida.

Não deve se pensar somente no acesso dos indígenas na universidade, mas principalmente na permanência e no crescimento acadêmico. Como ressalta Gersem Baniwa (2013, p. 72), “a luta dos povos indígenas por educação é, ao mesmo tempo, uma luta por direitos, por reconhecimento e por fortalecimento das identidades coletivas.” Assim sendo, a presença indígena no ensino superior não se resume ao ato da matrícula, mas implica a

criação de condições reais para que esses estudantes possam permanecer e concluir seus cursos.

Os desafios para inserção e permanência dos indígenas nas universidades vão além da adaptação. É necessário que existam políticas que garantam condições equitativas de aprendizado e respeito à diversidade de maneira geral. Ailton Krenak (2019, p. 31) lembra que “não é possível pensar em humanidade sem considerar a diversidade de modos de existir que nos constituem.” Assim, respeitar os estudantes indígenas significa também respeitar diferentes formas de viver, aprender e ensinar. Não apenas incluir os povos indígenas na universidade, mas também assegurar que esse espaço se torne um local de fortalecimento cultural e produção de novos saberes.

É pertinente mencionar a necessidade de ações que levem informações que alcancem toda comunidade acadêmica, instruindo-a para que reconheça e respeite, culturalmente e linguisticamente os povos indígenas, visando uma educação mais inclusiva, que constitua um espaço de fortalecimento cultural, no qual os estudantes indígenas permaneçam se desenvolvam e contribuam plenamente para a produção de conhecimento.

Por mais que eu seja uma pessoa que possua a miscigenação de duas raças, Sou indígena Akwê-Xerente e trago comigo a memória do meu povo e do meu território. Falar sobre os desafios para a inserção no ensino superior é também narrar um caminho de resistência, porque cada passo que dou dentro da universidade é atravessado por histórias de luta coletiva. Desde muito cedo aprendi que estudar não seria nada fácil, conforme tenho dito que as escolas das aldeias, muitas vezes, não dispõem de recursos adequados, professores preparados ou materiais que respeitem a nossa cultura. Isso nos coloca em pura desvantagem em relação aos estudantes não indígenas, e o sonho de chegar a uma faculdade, não só para mim, mas para a maioria dos estudantes indígenas parece, muitas vezes, distante. Porém defrontamos mesmo sabendo será árdua, Como afirma Ailton Krenak (2019), resistir é “adiar o fim do mundo”, e cada indígena que chega à universidade carrega essa missão de resistência, pois combatemos barreiras históricas que nos afastaram dos espaços de produção do conhecimento ocidental.

Ainda que diante de tudo isso, encontra-se encorajamento por saber que temos grandes mestres que compreende as nossas aflições e a forma que aprendemos.

O êxtase da notícia da aprovação ao ensino superior era tão grande que a imaginação cogitou que essa era entrave superior, visto que as conversas rodavam pela aldeia e nas escolas indígenas que o mais difícil é a aprovação para cursar uma graduação. Essa realidade pôde constatar melhor somente quando consegui ingressar no ensino superior, compreendi que o maior obstáculo não era apenas o acesso, mas a permanência. A universidade exige um domínio da língua portuguesa que, para nós, não é apenas um idioma diferente, mas um território de disputa. Escrever trabalhos, apresentar seminários e dialogar com professores e colegas me coloca diante de uma constante tradução, pois levo comigo a língua Akwê, que é a língua da minha identidade, e, ao mesmo tempo, preciso lidar com o português como exigência acadêmica. Isso por vezes gera insegurança, mas também me fortalece, pois cada texto escrito e cada prova realizada são formas de afirmar que nós, povos indígenas, temos lugar nesse espaço. Uma das facetas maior é falar sem ocorrer erro, muitas vezes nós damos bem escrevendo do que discursando.

Outro desafio é à distância da comunidade. Estar na universidade significa, muitas vezes, viver longe da família e das práticas culturais que me sustentam mentalmente e espiritualmente. A saudade e a responsabilidade de representar o meu povo tornam o percurso ainda mais difícil. Além disso, enfrento olhares de preconceito, que por vez fico pensado a causa desse gesto de diminuição, é por não sabermos conversar direito? Por não fazermos trabalho ou apresentação em nível culto acadêmico ou por termos a bolsa de permanência? O que tentam questionar se realmente merecemos estar aqui.

Aprendi desde cedo a enfrentar pela batalha que o meu saudoso pai fazia diariamente com limitações, assim digo que cada dificuldade também é uma força. Minha presença na universidade não é só por mim, é pelo meu povo. Quando estudo, trago comigo a memória dos meus ancestrais e o desejo de que a universidade aprenda a respeitar, dialogar e aprender com os saberes indígenas. Conforme tenho aprendido que permanecer nesse espaço é um ato político: é resistir, é reexistir, é mostrar que a educação pode ser ponte entre diferentes mundos, nem que para isso temos que expor a nossa língua originário para ser aprendido.

Por isso, digo que os desafios para a inserção no ensino superior são grandes, mas maiores ainda são a coragem que nos movem. Estar na universidade é ocupar um território que antes nos foi negado, assim como quem veio antes de mim me encorajou a esta nesse território intelectual, a minha participação e demais indígenas, seja ela, do Povo Xerente ou outro Etnia,

o nosso envolvimento é abrir caminho para que outros jovens Akwê e de outros povos possam trilhar percursos semelhantes.

2.6 A língua akwê, processo históricos de construção da escrita

AKWÊ MRMÊZE, DASIMÃZUS KRDA NHANÊ SIKRMÃ SBIRÃ IKUIKRE HÃ

O Brasil é um dos países ricos em diversidade, sendo ela pela prática cultural e linguística dos povos originários, por mais nítido que seja, é preciso enaltecer que estamos diante de um país que vive uma variação de costumes diferentes, com relação à língua, em que coexiste pluralidade linguística nativa abundante, da mesma maneira que ocorre em outros países, mas em menor número. O Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelaram que o Brasil tem 274 línguas indígenas faladas por 305 etnias. A partir desses dados sobre as línguas faladas e povos existente, podemos ter uma breve noção da riqueza linguística e da população nativa, diferentes umas das outras, vivendo em espaços brasileiros.

Diante disso umas das inquietações levantadas durante os meus estudos são sobre a dura realidade de uma língua indígena não ser reconhecida nacionalmente. É cativante dizer que mesmo em tempos modernos observamos a carência de ter uma língua descendente de indígena ser reconhecida em lei como língua livre de prática em território nacional, essa lacuna perpassa em nível global. Da mesma forma acredito que ocorrem com as línguas em que são diferentes umas das outras em alguns países, que não são asseguradas em lei para ser a prática de falácia livre e respeitosa em redes nacionais, apenas em algumas cidades são asseguradas na lei a prática de língua indígena de determinadas etnias. No entanto a carência ainda perpetua para que umas tantas outras línguas indígenas a serem reconhecidas em nível nacional.

Uma vez que a língua indígena é posta aos olhos dos brasileiros, além de tornar-se primórdio naquilo que condiz ser desconhecido pelas não falantes da língua, também pode tornar-se interesse da comunidade brasileira para se informar dos povos indígenas existentes com seus costumes e línguas. Diante desse ponto, evidencia-se os dez municípios brasileiros com línguas indígenas oficialmente declarados, em princípio início com uma das línguas de um grupo que foi exposta a prática livre em grau municipal, com aproximadamente cinco mil pessoas que são falantes da língua Akwe, conhecido pela descrição de povo Xerente, mas se autodenomina Akwê-Xerente, vivem em Tocantínia, Tocantins, do mais veja o restante;

Ianomani, em São Gabriel no Amazonas, Macuxi e Wachipana em Bonfim e Cantá em Roraima, Guaraní em Tacuru no Mato Grosso do Sul, Guajajara em Barra do Corda no Maranhão, Tikuna em Santo Antônio do Içá no Amazonas, Terena em Miranda no Mato Grosso do Sul, Tupi-Nheengatu em Monsenhor Tabosa no Ceará.

Na era contemporânea as línguas indígenas brasileiras tomaram uma proporção grande em termo de estudos e percepções da alternância do sistema linguístico. Tanto que em tempo presente, muitas escritas em línguas indígenas estão estampadas em livros, em redes sociais, nos mercados e livrarias das cidades e os mais pertinentes estão em bibliotecas das universidades, trabalhos acadêmicos feitos pelos indígenas com seus respectivos traços e línguas usuais. Contar que literaturas do tipo lendas, história, par lendas, entre outras, são em sua maioria escritas na língua originária.

Pretendo com isso dizer que a importância de termos agentes sendo ele de início, pensado e elaborado pelo envolvimento de um não indígena em que teve a preocupação e dedicou-se arduamente em estudar e aprender as falas indígenas para contribuir na sua formalização e construção grafada, foi essencial a inserção em meio a cultura indígena. Desde modo ocorreu com relação à língua Xerente, um povo que avança na correspondência de ter sua língua padronizada e organizada, mesmo sabendo da impossibilidade de nossa cabeça não dar conta de todas as palavras existentes, é possível chegar a um determinado resultado positivo com a construção de palavras gramaticalmente corretas a partir do processo de idealização com participação de terceiro, ou seja, do não indígena, sabendo que já teve a iniciativa das pessoas que junto a atributos de missões religiosos cooperou significativamente na formalização com sinais gráficos, para que hoje pudéssemos discutir a respeito do funcionamento de nossa língua Akwẽ.

A prova viva está em recente lançamento do livro trabalhado com muita dedicação, este livro leva designação de um tom de pergunta que indaga ao modo de ensinar a ler e escrever a língua Akwẽ, assim sendo o intitulado “Como se lê e como se escreve” acredita-se de que como todo e qualquer língua, para não ser perdida no meio das línguas dominantes que faz com determina prioridade de fala de um grupo que usa a língua minoritária, é preciso que os falantes que partilham em ambas as línguas, além de ser pertinente a obrigatoriedade entre os mesmos, a fala indígena, são necessários ter registros.

Retomando ao quesito de ter um professor que instrui conhecimento nas aldeias, prevendo a preocupação de não saber lidar com a escrita e correspondência nas falas não indígenas, que a busca de ter aula ou um professor na aldeia, segundo o ancião que relatou a preocupação que vivencia com o contato com as coisas do não indígena e a tal da cultura popular em se torna um viral na vida do adolescente. No entanto, a preocupação está por viés desse fator, assim o interesse de construir um espaço de aprendizagem visando o uso da língua nativa se daria pela ida ao encontro com o Presidente, pois se entende que naquela época o contato com o homem branco estava se encaminhando em processo acelerado, além da entrada nas aldeias.

Conforme relatos dos anciões, objetos não usuais daquela época já estavam tomando conta da curiosidade da comunidade e isso era preocupante. Assim sendo, em falas de um ancião do território Xerente, a partir de suas lembranças em tempos que não se tinha escolas nas aldeias, um grupo de indígena Xerente foi a Brasília para conversar com o presidente do Brasil com intuito de reivindicar os interesses do povo Xerente, nesse tempo quem estava a presidir o país era o Presidente Juscelino Kubitschek, que esteve no posto de presidente no ano de 1956 a 1961, que durante cinco anos exerceu o poder. Diante do então presidente atuante os indígenas estavam a posto, logo de início com a chegada dos indígenas o pensamento que o presidente tinha era que vieram para pedir objetos de trabalhos na roça, como por exemplo, foice, enxada, machado etc.

Mas ergueram se a cabeça com gesto de sinal de negativo, no entanto disse o presidente do Brasil, - Então o que vocês veeram pedir? Um levantou-se para dizer que fizeram a viagem a Brasília, dizendo assim - porque queremos um professor para ensinar a lere escrever nas aldeias. Isso fez com que o presidente ficasse surpreso com o pedido, no entanto não hesitou em ouvir aqueles grupos de indígenas, além de ser autêntica de sua voz, realizando a solicitação, está portando vozes e as necessidades de muitas indígenas Akwẽ que careciam de aprendizagem. Assim, mandou as pessoas que ali estavam dispostas a conviver com intuito de ensinar e cultivar com a palavra de Deus, assim veio o primeiro missionário a trabalhar como professores nas aldeias Xerente.

“Além das ações de escolarização empreendidas no século XIX pelos freis capuchinhos no aldeamento Piabanhas, a partir da década de 1940 também o SPI empreendeu esforço nesse sentido, contratando professores que permaneciam pequenos períodos de tempo nas aldeias (Abreu, 2006). As pessoas que frequentaram a escola no período do SPI, em sua

grande maioria, apenas conseguem assinar o próprio nome” MELO, Valéria M. C. e GIRALDIN, Odair. Os Akwê-Xerente e a busca pela domesticação da escola. Tellus, ano 12, n. 22, p. 177-199, jan./jun. 2012 Campo Grande, MS. (pag.179)

Percebe-se que aos anos citados, estavam ocorrendo reconhecimento com relação aos anseios que correspondem à vida dos povos indígenas no envolvimento com os costumes abasileirados, a partir da criação do Serviço de proteção aos índios – S.P.I, que teve como objetivo satisfazer as necessidades dos indígenas que se encontrava em processo de puro maltrato e apropriação de território. Desde então foi incumbido ações de escolarização nas aldeias com contratos de professores não indígenas. Ainda não se tinha documento com partes escritas que tratava da língua usual do povo Akwe.

Somente a partir do ano de 1958 com a chegada dos missionários que evangelizavam a Igreja Batista. Tem dito que a entrada desses missionários nas aldeias foi crucial para a sobrevivência da língua originária, conforme tenho visto em seminários a nível nacional sobre a Língua dos Povos Indígenas do Brasil, que muitas etnias perderam as suas falas e até mesmo perda total, um dos fatos seria pelo o contato imediato com não indígena, e outro por não ter registros iniciativos de escrita. O Autor indígena que trata do tema “A HISTÓRIA DA ESCRITA DO POVO XERENTE - AKWÊ MRMÊZE ÎKUIKREZE NNĂKRTA” em sua passagem enquanto professor no curso de Licenciatura Intercultural Indígena traz a seguinte percepção,

“Pelo que pude perceber a História da Escrita do Akwêkuitabi estava um pouco esquecida nas escolas e nas comunidades, antes da minha entrada no curso de Licenciatura Intercultural Indígena. Entretanto, após iniciar meus estudos no curso de Formação Superior de Professores Indígenas, da Universidade Federal de Goiás, também percebi que, para o povo Akwê, antes de desenvolver a escrita da forma como a conhecemos hoje, a escrita já existia na forma de grafismo. Na verdade, a gente já tinha uma forma de escrita, mas nem todos percebiam esse recurso e como ele ajudou muitos de nós a construir na comunicação.”

De fato, a escrita já existia, mas não tinha capacidade cognitiva para identificar os grafismos representativos dos sons emitidos a partir das falas e nem ao menos a preocupação da ocorrência do comportamento do sistema da língua, apenas mantinham em constante comunicação pela vivencia junto à comunidade. Logo, com a necessidade de uma comunicação com o estranho homem branco com as suas curiosidades em relação aos povos

indígenas começa a implantar a língua falada, ao que se torna uma segunda língua, com isso a tendência de deixar adormecer lida com ausência do falar da própria língua.

Nas incertezas e nas perguntas sem resposta que paira no vácuo do meu pensamento, ou seja, quando estou no mundo do pensamento, certas inquietações são proeminentes, pois afeta a nossa participação no meio da sociedade não indígena, em detrimento disso, trarei esquematizado em conduto comparativo as duas línguas em extremo uso e apropriação no que difere especificamente aos povos indígenas Xerente. Logo indago que ao colocar o indivíduo em questão, em plano de objeto de estudo, para percebemos e conseguimos identificar tais importâncias das línguas usuais nas esferas particulares e em contato social, assim faz se referência a distinção da nomenclatura ao objeto de análise. Termo que surgiu dos anseios dos povos indígenas que não ocasiona a tal discriminação racial, pois o dizer “homem branco” soa como uma ofensa a cor de pele. Assim também o homem europeu brasileiro usa o termo “Índio ou Caboclo” além de ser um equívoco, é condizente a outros povos não indígenas, que não é sobre ser indígena, do mais quanto ao termo “não Indígena” me refiro a pessoa quase a mim.

Diante disso existe pronuncia de palavras apropriado para se referir aos pacientes em discussão, ou seja, indivíduo da ação, que suscita certa inconsistência ou até mesmo receio de quem está falando de certo grupo, que por sua vez, não gosta de ser chamado pelos termos que generalize os seus atributos de pessoa humana, em que há as mesmas proporções de organismos, porém costumes e hábitos diferentes. Dito isso, atuei em primeiro momento para dissociar os agentes culturais nativos e não nativos. Em virtude de causar um entendimento distorcido em relação aos indígenas, pelo viés de voz indígena, sendo eles pessoas renomadas tal como o Ailton Krenak e outros indígenas que estão em academia de Ensino Superior que tornou-se símbolo desse movimento de correção de entendimento da realidades dos indígenas brasileiros, ou até mesmo em função de estar em cargos públicos de grande relevância, que começou a onda de correção técnico de se dirigir aos nativos, é usável se pronunciar pelas palavras “pessoa indígena” e “pessoa não indígena”, pois deste modo referimo-nos, tanto cultura indígena, também da gente cultural europeu brasileiro, ambos os termos são caracterizados as pessoas que partilham todos os modos de vida de um ser humano, apenas com suas particularidades diferentes, homens nativos, e homens miscigenados europeus.

Tabela 1

INDIVÍDUO DA AÇÃO	LÍNGUA USUAL	NACIONALIDADE/ DESCENDENTE
Indígena Akwẽ	Língua Akwẽ e Portuguesa	Brasileiro Indígena
Não indígena brasileiro	Língua Portuguesa	Brasileiro Europeu

Um esquema ilustrativo das competências e das identidades que os ambos os indivíduos possuem e com elas se apresentam diante dos desafios de estar socialmente ligada com a sociedade não indígena. Postos assim cogitam-se certa inquietação a respeito de até a qual grau ou esfera trabalhista se pode alcançar, nitidamente, sem ao menos fazer essa reapresentação, saberíamos que há prevalência de competência.

Indagações Na pessoa Indígena/Língua particular (Brasileiro Indígena)

Até aonde levaria o ensino de língua indígena enquanto indígena?

Valorização cultural indígena- particular

Até a onde levaria o ensino de língua Portuguesa enquanto indígena?

Valorização cultural ocidente – universal

Na pessoa Não Indígena/Língua Universal (Brasileiro Europeu)

Até a onde levaria o ensino de língua indígena enquanto não indígena?

Valorização cultural não indígena- particular/universal

Até a onde levaria o ensino de língua Portuguesa enquanto não indígena?

Valorização cultural ocidente – universal

Na condição de pertencente do povo Xerente, posso afirmar que a pessoa indígena no Brasil vivencia constantes indagações relacionadas à sua identidade linguística, especialmente no contato entre a língua materna e a língua portuguesa. A língua indígena constitui um elemento central da organização social, da memória coletiva e da transmissão de saberes tradicionais, sendo fundamental para preservação da identidade de seus determinados povos originários.

Ainda mais que, o processo de escolarização formal e a inserção do indígena em espaços institucionais exigem o domínio da língua portuguesa, onde, este mesmo sistema de comunicação ocupa posição de prestígio social e político. Essa forma em que a realidade se apresenta, consigo impõe desafios aos falantes indígenas, que frequentemente ou até diariamente se vêem obrigados a priorizar o português em detrimento da língua materna, gerando tensões linguísticas e culturais.

Não muito distante de presenciar esse enfrentamento da realidade em constantes desafios, que estão na vivência do povo Xerente. Os pais que passaram pelo processo doloroso de falar o português, hoje em dia à maioria defendem e apóiam que as crianças de atualidade aprendem como a primeira língua, a língua Português, em fase dessas dificuldades que não é apenas o falar errado, mas que causa um enorme sentimento de incapacidade e constrangimento emocional. Mesmo tendo evidencia de superação e conquista da pessoa indígena em Universidade e até mesmo em ocupação de serviços institucionais de grandes prestígios.

As indagações que emergem nesse contexto estão relacionadas à preservação da língua indígena frente às exigências da sociedade envolvente. O aprendizado da língua portuguesa, embora necessário, não deve resultar no apagamento das línguas originárias. Pelo contrário, o bilinguismo deve ser compreendido como um direito linguístico e como um instrumento de fortalecimento identitário. Assim por entender, que refletir sobre a língua particular da pessoa indígena no Brasil é reconhecer a pluralidade linguística do país e defender políticas

educacionais que valorizem as línguas indígenas, garantindo sua permanência e transmissão às futuras gerações.

Em relação a quadro esquemático, (defendo) pondero o seguinte ponto de vista, dado meu trabalho em uma escola indígena na qual tenho 100% de alunos indígenas. A língua indígena é ensinada desde os anos iniciais, até o ensino médio completo, em todas as aldeias, mas as maiorias das aldeias só funcionam de 1ª a 5ª ano de ensino fundamental, já na escola Indígena Sakruiwê a qual leciono, temos turma de ensino fundamenta de 1ª a 5ª, 6ª a 9ª e também Educação de Jovens e Adultos (EJA) de 6ª a 9ª e de 1ª a 3ª Série de ensino médio. Logo, pretendo introduzir com esses dados, é que um jovem indígena chega com um nível baixo de compreensão, escrita e leitura em língua portuguesa aos anos finais de quinto ano, pois estamos muito mais preocupados em valorizar os nossos interesses culturais, tais como a língua. Em detrimento disso que devendo ser estimado o ensino de nossas riquezas, mas em toda via precisar-se ecoar para a aquisição de segunda língua, o qual nos permite, além de socializar, temos a vantagem de atuar com ela em ganhos de patrimônio financeiro.

Outra situação que confronta é a distorção ao modo de atuar em ensinos de aprendizagem em universidade, se dá ao segundo exemplo, supondo o trabalho a um professor não indígena, na escola da cidade, tendo 60% dos alunos indígenas. A língua indígena é ensinada até a quinta série do ensino fundamental, em Tocantínia. Logo, o jovem chega com um nível baixo de compreensão, escrita e leitura em língua portuguesa. Entretanto, ela já está na quinta série. O que pede um nível que ela não possui naquele momento. Eu defendo que o estudante indígena tenha acesso a língua portuguesa ou mais cedo, ou com mais disciplinas de língua portuguesa.

Motivo: as avaliações atuais não levam em conta a língua akwe, desse jeito, o aluno indígena sofre, querendo ou não, uma diminuição em sua nota, o que acarreta na nota das escolas.

(Defendo) a necessidade da língua portuguesa um pouco mais cedo ou com mais quantidade, devido a este fato, motivado, por uma não avaliação específica para as escolas indígenas.

E digo: defendo que o professor que vá para uma aldeia ministrar aula, domine ou conheça a língua do local que ele vai trabalhar.

Por exemplo: a língua akwe é muito literal, diferente da língua portuguesa, que é muito abstrata. O referencial das línguas é diferente, o que torna o trabalho de ensino complicado e o de aprendizagem por parte do aluno, mais dificultoso.

Até onde levaria o ensino de língua Portuguesa enquanto não indígena?

(Defendo) a necessidade do aprendizado de língua portuguesa, para os indígenas, pelo motivo citado anteriormente.

E com mais um motivo:

- O aluno, caso não queira ou vá ficar na aldeia, terá que se deparar com uma realidade que não fala a língua dele. Posto, isso acaba acarretando em oportunidades, chances, ou mesmo acesso ao ensino, prejudicada devido a esse não domínio da língua inglesa.

2.7 A língua akwe resiste

AKWÊ MRMÊZE HÂITTÊDI

O sistema de signos falado pelos nativos pode até não serem os melhores ou de grande valia ao Brasil, mas estes mesmo sons ecoam vozes de uma comunidade que tiveram que fechar a glote da garganta por muito tempo. No entanto, são milhares de vozes indígenas sendo falado em um grito de pura felicidade e resistência, sem ao menos se amedrontar ou se curvar diante da sociedade escravista e excludente. O ataque contra os direitos indígenas tinha se intensificado durante o governo do Jair Bolsonaro. Assim as línguas indígenas do Brasil estão ameaçadas de extinção. Isso é o que revela um estudo da União das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO publicado em fevereiro 2019, que situa as línguas indígenas entre outras 2.500 em perigo de desaparecer nos próximos anos. Tal ameaça, no entanto, não deve ser levada em consideração apenas como uma estatística fria, mas como a possibilidade concreta de apagamento de histórias, identidades e modos de viver que atravessam séculos de resistência.

Na era da globalização, o desaparecimento das línguas pode ocorrer não somente pela vontade dos inimigos dos indígenas, mas por um movimento que afeta todos os povos e culturas do planeta. A resistência, no entanto, continua e se fortalece, pois a língua não é apenas um código de comunicação, mas a própria essência do ser indígena.

O idioma Xerente, que se tornou idioma cooficial ao lado do Português, no município de Tocantínia, TO, pela lei municipal. No 04/2012, de 13 de abril de 2012 é falado por cerca de aproximadamente cinco mil indígenas Xerentes que habitam as aldeias, entre os Rios

Tocantins e Sono, no Estado do Tocantins. Nossas terras compreendem duas áreas indígenas, situadas na (Área Indígena Xerente e Área Indígena do Funil).

A língua Xerente, é autodenominada akwẽ, pertence à família linguística Jê do tronco linguístico Macro-Jê. Seus parentes linguísticos mais próximos são os Xavante, de Mato Grosso e os Xakriabá, de Minas Gerais. Esta descrição apresenta o alfabeto da língua Xerente, a estrutura da sílaba Xerente e as regras para a escrita da língua Xerente. A nossa língua reforça a diversidade linguística. Enfatizando que cada língua proporciona aos seus falantes um patrimônio insubstituível.

CAPÍTULO III

3 O PROCESSO DE APRENDIZAGEM BILÍNGUE E INTERCULTURAL NO ENSINO DA LÍNGUA AKWE

ROWAIHTUZE SAHURE MSNÃ KRMÃ DASIMÃZUS DA KÃTÔ KRHÊMBA WÊ WARÔR DA WASIMRMÊZE WAIMBA ROWAHDU

Com ênfase no ensino bilíngue e intercultural visto que na comunidade indígena, no qual o ensino e aprendizagem da língua portuguesa (L2) está no contexto de segunda língua. Assim sendo a língua materna apresenta-se como (L1) primeira língua.

Analogicamente, a resistência no âmbito das línguas nativas é extremamente envolvente, desenvolver olhares preocupados em proteger e assim associar nos valores que a sociedade em estado de uso universal da língua impõe, ou seja, a Língua Portuguesa. Assim sendo, as línguas indígenas do Brasil, são devastadas, sobretudo, pois estão diminuindo consideravelmente pelo não reconhecimento como uma língua de uso de um povo que faz parte de um ente federativo.

Com isso, as línguas estão em processo ameaçadas de extinção, porém através de mobilização, luta de direitos, inserção em ensino superior com as formas de ensino diferenciado nos princípios de ensino cultural e a não cultural de um povo, caminhamos para um reconhecimento universal enquanto povo nativo com seu uso exclusivo de língua na sociedade brasileira.

Em virtude disso, o processo de aprendizagem no ensino da língua akwe-xerente se dá no âmbito da estrutura de letras alfabéticas formada e escrita pelas pessoas indígenas do povo xerente, em que de início obtiveram uma formação inicial a respeito da língua portuguesa em torno do ensino e aprendizagem da língua Akwe. Assim, com o contato da //composição da alfabetização brasileira, de modo geral, as estruturas alfabético caminha com a mesma quantidade numérica, em comparação a da língua portuguesa, mas representado de forma diferente no contexto vogalica e consonantal. Isto é, as letras alfabeto brasileiro contém 26 letras, sendo 5 vogais e 21 consoantes. Já visando no panorama de organização de alfabetico da língua akwe que corresponde a 26 letras, sendo ela 14 vogais e 12 consoantes.

Para tanto, nessa perspectiva essa transição das letras são idênticas, porém com as tonalidades fortes, e pronúncia de consoantes conforme o seu fonema, ou seja, além das vogais serem a maioria acompanhar com diacríticos, sendo ela apresentado com o til (~), com o circunflexo (^), e com o acento agudo (´), mas este, na estrutura padrão da vogal de língua akwe, não há necessidade de aparecer o diacrítico acento agudo, neste caso o diacrítico surge sempre e somente em letras vogais, em última sílaba, de forma implícita.

O alfabeto Akwe, como falamos anteriormente, é composto por 26 letras, sendo 12 consoantes e 14 vogais, sucedendo de nove orais, e cinco nasalizadas. Existem algumas letras que não são usadas e não aparecem na composição da língua indígena Akwê, sendo elas as letras C, F, G, J, L, Q, V, Y.

As consoantes (12) consoantes são: B, D, H, K, M, N, P, R, S, T, W, Z. Vejamos as seguintes formações de cada letra e as pronúncias de algumas palavras: **bâ** – urucum; **dakwa** – dente; **hêsu** – folha; **krawa** – paca; **mã** – ema; **nôzâ** – milha; **pirko** – borboleta; **rkopre** – iluminar; **sdakro** – sol; **tpê** – peixe; **wdê** – árvore; **zâ** – maracá.

Existem três tipos de vogais que são: orais, sinalizadas e nasalizadas.

As vogais orais são as padrão (sem sinais diacríticos) adota a representação gráfica padrão: como por exemplo [A, E, I, O, U] e as seguintes palavras **A** - *amke* - cobra; **E** - *Ake* – semente de tiririca, *Sipre* – arara vermelha, *Kupre* – cerimônia de homenagem fúnebre; **I** – *ikrâ* – cabeça; **O** – *toki* – pássaro preto; **U** – *kuza* – onça preta.

Pronunciamos como o “é” (aberta) do português da palavra “café”, porém o “e” do alfabeto akwe tem sempre essa mesma realização em todos os ambientes onde ocorre, ou seja, nunca é usada para representar outro som, como acontece com o “e” da língua português.

As Vogais Sinalizadas (com diacríticos) a mesma representação gráfica padrão, porém marcadas com acento circunflexo como por exemplo: [Â, Ê, Ô, Û] e as seguintes palavras: **Â** – *zâ* – maracá; **Ê** – *duzê* – açúcar; **Ô** – *dasô* – procura de alguém; **Û** – *zûzû* – gafanhoto; *kâzaikû* – boto; *idatkû* – mãe.

As Vogais Nasalizadas (com diacríticos) que recebe a mesma representação gráfica padrão, porém marcadas com til como, por exemplo: [Ã, Ë, ĩ, Û, Õ] e as seguintes palavras: **Ã** – *wapsã* – cachorro; **Ë** – *dapkë* – coração; **ĩ** – *wĩ* – matar; **Û** – *kûwa* – lá; **Õ** – *wakõ* – quati.

Existem três erros mais comuns cometidos pelos falantes não nativos da língua, na pronúncia e na escrita da língua akwe.

Primeiro, a tendência de se colocar o acento agudo do Português nas vogais finais {a}, {e} e {o}: O acento na língua akwe, cai sempre na última sílaba da palavra. Isto é, todas as palavras akwe são oxítonas. Por isso, em akwe não se tem diacríticos marcadores de acentuação. Os diacríticos “circunflexos” e “til” marcam a qualidade da vogal sobre a qual ocorrem e não o acento da palavra. Já o acento agudo do português, não é usado em akwe. As vogais {e} e {o} do akwe, já são abertas e não precisam de diacríticos diferenciadores. Vejamos os exemplos a seguir, no Quadro 1:

Quadro 1: Exemplos de palavras em Akwe: certo, errado e a tradução para o português

Certo	Errado	Tradução
Sipre	sipré	‘arara vermelha’
Suwate	Suwaté	‘nome Xerente masculino’
Kripre	Kripré	‘nome indígena da aldeia Salto’
Dato	dató	‘olho humano’
Arbo	arbó	‘morcego’
Danõito	danõitó	‘língua humana’
Brupahi	Brupaí	‘nome Xerente feminino’
Sika	siká	‘galinha’

Organização do autor (2022).

Atendência de se marcar a nasalidade das vogais com o “m” e “n” do português diacrítico marcador de nasalidade em akwe é o til. Nessa língua não se usam as consoantes “m” e “n” para marcarem nasalidade, como acontece com o Português. Ocorre que, os não falantes dessa língua, pouco familiarizados com a escrita akwe, têm a tendência de marcar a nasalização em akwe justamente com essas duas letras consonantais. Vejamos o exemplo no Quadro 2:

Quadro 2: Exemplos de palavras em Akwe: certo, errado e a tradução para o português

Certo	Errado	Tradução
Tã	tam	‘chuva’
Kâtô	kantô	‘e’ (conjunção)
Akwẽ	akwen/akwem	‘índio Xerente’
Srêpawẽ	Srêpawem	‘nome Xerente masculino’
Samrĩ	Samrim	‘nome Xerente masculino’
Samrõ	samrom	‘ouriço’
Samõru	Samonru	‘nome Xerente masculino’
Kũwa	kunwa	‘lá (locativo)’

Organização do autor (2022).

A tendência de se pronunciar uma vogal inteira onde existe apenas uma transição aberta (uma meia vogal). Na língua akweo encontro entre duas consoantes, dentre uma sílaba, há uma transição, quando as duas consoantes são surdas, a transição é surda e quando uma delas ou ambas são sonoras, a transição é sonora (chamada transição aberta). Nesse último caso, o som é como se fosse de uma “meia vogal” na fonética, a transição surda é representada pelo símbolo [h] e a transição aberta sonora é representada pelo símbolo [ə]. Aprendizês da língua akwe têm a tendência de pronunciar uma vogal inteira, nessas transições, formando uma nova sílaba, vício, este, que se corrige com tempo e treino. Vejamos o exemplo, no Quadro 3:

Quadro 3: Exemplos de palavras em Akwe: certo, errado, transcrição fonética e a tradução para o português

Certo	Errado	Transcrição Fonética	Tradução
Pku	puku	[phku]	‘lagoa’
dazdapda	dazdapêda	[dazdapəda]	‘queixo’
Tkidi	tikidi	[thkidi]	‘existem flechas’
Tbê	têbê	[t əbe]	‘peixe’

Organização do autor (2022).

A estrutura básica das sílabas da língua akwe são formadas por vogal, por ditongo e por consoante e vogal. Exemplos de sílabas formadas por vogal: **a**-pa- ‘calango’; **ĩ**-hê- ‘sim (licença); **ak**â- ‘espere’; **a**-du - ‘ainda não’; **ê**-hê - ‘sim (confirmação); **ĩ**-hâ - ‘minha pele’; **a**-re- ‘e, também’; **ĩ**-hĩ- ‘sim (é isso); **ã**-re- ‘não (fala masculina). Assim, passemos as dificuldades indígenas nas universidades.

3.1 Dificuldades dos indígenas na universidade

AKWÊ NŌRAI WI ROMTUI MNŌ RESUKA SANĀMR ZAWRE WA

A realização desta pesquisa abordando inclusive as dificuldades indígenas na universidade, visa dialogar com os discentes e com os docentes, sob teorias do papel do

professor, como mediador do conhecimento.

A posse desse conhecimento sobre o aluno como sujeito consciente, mas, também, sobre o ensino e a natureza do objeto de conhecimento[...] A posse desse conhecimento instrumentalizará o professor para desempenhar o seu papel de mediador (LEAL, 2007, p. 81).

Dentro desse contexto há vários aspectos associados, fatores que ajuda o mediador tomar outros métodos de aprendizagem, por estar ligado a atividade sociais distintos, e um cognitivo de natureza bastante complexo.

Os jovens indígenas começam sua trajetória educacional na escola indígena na aldeia, alfabetizada em akwe pelos seus pais, e chegam na universidade e se deparam com diversos problemas entre eles a dificuldade de falar e escrever o português, como eles relatam:

Que vieram de cultura diferente, tudo era novidade para mim, sentia medo, com o tempo fui me adaptando, aprendendo e compreendendo o português e os conteúdos passados pela professora. No ensino médio já estava fluente no português facilitando a compreensão dos conteúdos. No entanto, raramente conseguia expor meus conhecimentos devido ao medo que sentia de falar algum português errado [...] (JOVEM INDÍGENA, s/d).

Para Santos (2010, p. 31), “a desigualdade dos diferentes” se dá quando o indígena passa a ser um estudante das escolas do estado, sofrem discriminação por não falarem o português fluente, passando por tratamentos e olhares de reprovação e julgamentos preconceituosos até mesmo de alguns professores. Toda essa problemática remete às questões sociais e um histórico violento contra os indígenas, e a generalização do preconceito existente, até a língua materna acaba sendo evitada, a partir do contato com a escola passa a falar o português em determinados ambientes principalmente na escola e universidade, e a língua materna passa a ser falada apenas na aldeia.

Essa realidade é visível entre alguns indígenas que não se declaram descendentes ou pertencentes a alguma etnia por vergonha e/ou medo de preconceito. Além dessas dificuldades apresentadas, quando os indígenas passam a ser estudantes universitários, enfrentam diversos problemas, como a desvalorização e adaptação, o deslocamento da aldeia até universidade, os gastos financeiros, que não são levadas em consideração, mas se faz necessário para permanência na graduação. Para a jovem no excerto supracitado, foi um desafio, além de quesitos sociais como falta de incentivo e oportunidade, a desigualdade através de bolsas para os estudantes indígenas, falta de transporte na universidade, bem como a desigualdade entre outros problemas encontrados pelos indígenas.

Alcântara (2015) enfatiza a invisibilidade e sobre como os estudantes indígenas são percebidos dentro da universidade:

[...] sobre a situação como os alunos e professores concebem os Tentehar, nos cursos de Ciências Naturais e Humanas, alguns sujeitos apresentaram uma percepção dessa situação de invisibilização e preconceito contra os indígenas, mas analisaram que, atualmente, as relações estão mais amistosas e que os indígenas vêm conquistando uma valorização frente à sociedade. (ALCÂNTARA, 2015, p. 122).

Em relação aos indígenas na universidade, essa realidade ele reconhece que precisa ser mudada e tudo isso depende de governos e de políticas e ações afirmativas voltadas para eliminar ou mesmo amenizar o sofrimento daqueles que buscam uma graduação. Apesar de todas as dificuldades para ela é importante ter acesso à educação, principalmente à educação superior, para adquirir formas de empoderamento e poder usufruir dos seus conhecimentos, assumir e ter a possibilidade de ajudar seu povo na construção de saberes e manter sua identidade e sua cultura.

Com este trabalho percebemos que se tem avançado, mas ainda tem muito que melhorar em relação à educação e ao respeito pela cultura dos povos indígenas. É necessária uma educação e ações afirmativas voltadas a essas populações, que não são oferecidas de bom grado pelos governos. Ao apresentar as dificuldades vividas pelos jovens indígenas buscamos demonstrar a importância da educação independente de etnia, todos têm direito a ter um ensino de qualidade e igual, para manter a sua identidade e espaço garantido por meios de lutas sociais a esses povos, a reprodução dos preconceitos como manifestação da colonialidade nacional é presente em todo o aspecto em Grajaú pelo discurso colonial que busca inviabilizar os povos indígenas. Como destaca Krenak (2019, p. 31), “não é possível pensar em humanidade sem considerar a diversidade de modos de existir que nos constituem.”

Pensar formas de amenizar a desigualdade e discriminação contra esses povos faz se necessário principalmente em um cenário marcado por conflitos entre indígenas e não - indígenas. Além de ações afirmativas e sociais no contexto educacional e na universidade, é preciso discussões a ser pensadas e debatidas sobre essas problemáticas. Essas ações contribuem para que os estudantes indígenas se sintam acolhidos, fortalecendo sua autoestima e incentivando o engajamento nos estudos, ao mesmo tempo em que preservam sua identidade cultural. Além das questões já mencionadas, é importante destacar que o apoio institucional é fundamental para garantir a entrada e permanência dos estudantes indígenas.

Como um meio de dar oportunidade a outros jovens indígenas, que objetiva seguir estudando, aprimorando seus conhecimentos buscando seu espaço, interligando sua trajetória formal ao seu processo identitário, sendo protagonistas de sua própria história, buscando ser

atendidas em suas especificidades, pela necessidade de defender e preservar a sua cultura e seu povo. Uma vez que é direito dos povos indígenas ser inseridos na educação e ter um ensino de qualidade, como o acesso às universidades, ganhando visibilidade. É necessário que haja valorização da cultura indígena dentro da universidade pois ela fortalece a construção de um espaço inclusivo, no qual o diálogo entre diferentes formas de conhecimento contribui para a formação de cidadãos conscientes e socialmente responsáveis.

3.2 defrontamento à educação enquanto indígena: uma perspectiva necessária para um olhar de ensino indígena

AKWÊ MSNÃ SIKWAWI TÊ KMÃDKÂ ROWAHTUZE HÃ: KRDA NMÏPAR WÊ PIBUMÃ AKWÊ NMÏ ROWAHDU TMÊ KROMÃDKÂ WAMHUIRE DA

A educação é sistema de ensino que molda, lapida, modifica, e enriquece a cultura com a cultura, assim sendo a educação é um direito fundamental para todos os seres humanos, mas com tudo, para uma parcela da população está sendo negado em ações do tipo, privilegiar com uma educação melhor aqueles que já possuam atribuições privilegiadas. De tal modo, para os povos indígenas, esse direito a educação tende ser um colapso tanto na questão de apropriar-se do ensino não indígena, também no oferta de educação de qualidade, isto é, as assistências destinadas, para que ocorra um ensino mais eficaz, o qual é partilhado de forma escassa na educação indígena. Muitas das vezes é o enfrentamento partindo do próprio esforço dos indígenas, mesmo sabendo que terá bastante conflito durante a aprendizagem. Nesse aspecto Krenak (2019, p. 33), menciona que “a educação precisa ser um espaço de respeito às diferenças, capaz de reconhecer e valorizar os modos diversos de existir de cada povo.”

Com isso, posso dizer que enfrentar os desafios para obter uma educação de qualidade é uma batalha contínua e levará um bom tempo para prover melhoria no qual se vê em direitos legais. Neste trabalho momentâneo, pretendo explorar os obstáculos múltiplos que os povos indígenas enfrentam em seu caminho para a educação e algumas das estratégias para tentar superá-los. É pertinente dispor que os povos indígenas Xerente é o meu objeto de pesquisa, de forma específica no tocante de grupos de estudantes que vão a encontro com o conflitante que é a Universidade. Em consonância me torno como parte dessa participação tanto como

pertencente ao povo, assim com perante as vivências acadêmicas. Do mais, elevo as ponderações que envolvem as questões em que os indígenas se deparam e enfrentam.

Além das dificuldades estruturais (mudança de localidade), os estudantes indígenas enfrentam desafios simbólicos e culturais que influenciam negativamente no desempenho acadêmico. A falta valorização da língua materna, dos saberes tradicionais e das práticas culturais é frequentemente deixada de lado, ocasionando a sensação de invisibilidade, tornando a permanência e o sucesso acadêmico ainda mais desafiador e muitas vezes doloroso.

Diante disso, nota-se a necessidade de políticas públicas articuladas que promovam a valorização cultural dentro do sistema educacional. É essencial que docentes, gestores e a sociedade em geral reconheçam o direito dos povos indígenas a uma educação de qualidade, capaz de respeitar sua cultura e história, fortalecendo assim sua identidade e seus saberes ancestrais.

3.3 Marginalização cultural

AKWÊ DAT KRSAKSÊ KÕ ROMKMÂDKÂ NÃ

Neste ponto, exploram-se os impactos da marginalização cultural na educação indígena e destaca estratégias para superar esse desafio, que é os impactos da Marginalização Cultural. A injustiça cultural é um dos desafios mais significativos enfrentados pelos povos indígenas, que condiz em sua busca por uma educação de qualidade. Com isso faço esse esboço de desprezo cultural em que os povos indígenas são de fato obrigados a ter que aprender a lidar com a educação com cultura do outro, para obter a sua maestria na sociedade brasileira. De imediato, o que fica evidente é a questão da Perda de Identidade.

A marginalização cultural nas instituições educacionais pode levar os jovens indígenas a se sentirem desconectados de suas raízes culturais, línguas e tradições, resultando na perda de identidade e no enfraquecimento dos laços comunitários de seus povos. Assim, ocorre essa alienação para com os povos indígenas a qual pertença, o povo Xerente–Akwe. Tendo como exemplo específico o meu envolvimento com a instituição tornou-me ter a identidade ambígua.. Como reforça Baniwa (2013, p. 72), *“a luta dos povos indígenas por educação é, ao mesmo tempo, uma luta por direitos, por reconhecimento e por fortalecimento das identidades coletivas”*.

Ensinar o que não convém das suas ligações é induzir a exclusão de identidade. Acredito que o sistema educacional não pode ver um indígena como um não indígena. Pensando na preservação e conservação de identidade cultural a concretização de uma universidade indígena seria um instrumento de educação significativo. A aprendizagem do indígena sempre foi difícil de executar o “Fazer” a escola não indígena é um exemplo claro que exige de um graduando que saibam fazer o que pedem no momento da exposição de conteúdo. Como destaca Krenak (2019, p. 33), *“a educação precisa ser um espaço de respeito às diferenças, capaz de reconhecer e valorizar os modos diversos de existir de cada povo”*.

Baixa autoestima e desengajamento escolar têm sido a prática dos alunos indígenas em meio aos ensinamentos de conhecimento ocidental, acredito que assim, como eu e os outros passamos pelas mesmas sensações, sinto em todo momento quando sento no meio a qual falam de uma realidade que não condiz com a minha. Penso que, quando a cultura indígena não é reconhecida nem valorizada no ambiente escolar, os alunos podem enfrentar baixa autoestima, sentindo-se marginalizados e desvalorizados. Isso posto acredito que leva ao desengajamento escolar e ao abandono dos estudos, como tenho presenciado pela desistência de muitos dos meus parentes indígenas dos outros povos e do povo akwe.

A marginalização cultural também pode resultar na reprodução de ideias preconceituosas, e isso é prejudicial sobre os povos indígenas, perpetuando assim a discriminação e o preconceito dentro e fora da sala de aula. O brasileiro em sua maioria, é um povo que gera informações equivocadas de um indígena, ainda mais naquilo que não toca a sua imaginação, isto é, quando um indígena possui um bem material que não é da cultura indígena de imediato eleva falas do tipo: “um índio com um celular”, esses discursos afetam a moral do indígena e reforçam o preconceito, tornando ainda mais desafiador o processo. Por isso é de grande importância dialogar sobre esses impasses, com intuito de buscar alternativas que priorizem combater essas falas, bem como promover a inclusão e a valorização da diversidade cultural.

Já é complicado ter que conviver com ideias exageradas, e ainda ter que lidar com questionamentos e não aceitação do que um indígena usa ou deixa de usar. Em virtude disso é de grande importância que coloquemos em pauta esses impasses para elucidar a respeito de que os nativos dessa terra combatam, no entanto é preciso pensar(re), políticas que possam ir de encontro aos anseios indígenas.

Refletindo sobre esse assunto constatei que é notório saber, que necessita ter esses critérios para defrontar a marginalização cultural. Diante dessa realidade percebemos que é possível que aconteça, mas enquanto não se concretiza, lutemos perante a idealização.

3.4 Estratégias para superar a marginalização cultural

DASISDAKBÂ AIMÕ DASIMÃZUS KUNË AKWË KWÃIMBA SIKMÃ KAHÕS
PIBUMA

A melhor maneira a se adotar com intuito de amenizar e traçar rumo com excelência está relacionaria em manter e melhorado o currículo culturalmente. É necessário desenvolver e programar um currículo que incorpore os conhecimentos, tradições e perspectivas dos povos indígenas, proporcionando assim uma educação culturalmente pertinente e significativa. Um dos critérios que visa bastante à fluidez de uma boa relação entre o professor e o aluno indígena é a formação de professores com o olhar à cultura. Com esse requisito passa a oferecer formação e desenvolvimento profissional para professores que os capacite a compreender e respeitar a diversidade cultural dos alunos indígenas, promovendo um ambiente escolar inclusivo e acolhedor.

Outra é a participação da comunidade, de certo incluir as comunidades indígenas no processo educacional, valorizando seus conhecimentos e experiências tradicionais, e envolvendo nas tomadas de decisões relacionadas à educação de seus filhos se encontra crucial. A celebração da diversidade indígena, muitos veem a diferença como algo estranho e pavoroso, uma das possibilidades de desviar desse olhar e rejeição é pautar programas ou até mesmo mais cursos voltados para causas indígenas. Diante desses pontos cruciais, esses que cabe ter a parceria da comunidade indígena, que por promover eventos, atividades e programas que celebrem e valorize a diversidade cultural, esse envolvimento trava no incentivo ao respeito e a compreensão intercultural entre todos os alunos.

Conforme Ferreira, (2004, p. 474), a palavra diferença se compreende do “latim *differentia*, cujo significado é qualidade de diferente; falta de semelhança ou igualdade.” Com isso, podemos concluir que vai a sentido contrário ao de identidade, onde os indígenas possuam credencial cultural diferentes. Deste modo concluo dizendo que a marginalização cultural na educação indígena representa não apenas uma injustiça social, mas também uma

perda para toda a sociedade em termos de diversidade cultural e conhecimento. Ao reconhecer e enfrentar esse desafio permita que trabalhe juntos para construir um sistema educacional que respeite e valorize a identidade e os direitos dos povos indígenas, promovendo assim a equidade e a justiça educacional para todos.

3.5 Acessos limitados dos indígenas à educação de qualidade

AKWÊ ZAS PISI ROWAHTU PSÊ TMÊ

Como muitos afirmam e está escrito no caderno mais importante do nosso país, que o acesso à educação é um direito fundamental garantido pela Constituição Brasileira, mas para os povos indígenas, esse direito enfrenta inúmeros obstáculos para se tornar fato dito. Esta parte explora as causas e consequências do acesso limitado à educação entre as populações indígenas, além de discutir possíveis soluções para essa questão. As causas do acesso limitado, podemos dizer que é em detrimento do isolamento geográfico, isto é, as localizações das comunidades indígenas, vivem em áreas de difícil acesso, como florestas e montanhas, dificultando a construção e manutenção de escolas e até mesmo os deslocamentos de indígenas que vão à universidade.

Pensando na pavimentação em aldeias, o transporte inadequado é causa maior. A falta de transporte escolar, força muitas crianças a percorrer longas distâncias a pé ou até mesmo acarretar a não ida do aluno indígena a escola. Em muitas das aldeias as escolas tendem a funcionar na estrutura de palha e com a terra nos pés dos estudantes por falta de estrutura de escolas adequada. Em contexto prático, em muitas regiões da Terra Indígena Xerente e Funil, simplesmente não há escolas disponíveis. Poucas que possuam a escola com estrutura de concreto alocam, porque não se tem transporte para buscar aluno que fica a distância de 30 a 40 km. O que dizer da precariedade de Recursos Insuficientes.

As escolas indígenas frequentemente carecem de livros, materiais escolares e professores qualificados. O procedimento meditado sobre a Língua e Cultura. O que vemos é que se preza muita e a maioria dos currículos escolares são baseadas na língua portuguesa e na cultura ocidental, ignorando as línguas indígenas. Ainda há muita falta de professores com nível superior atuando em escolas aldeadas. No entanto é preciso pensar nesses professores não qualificados. Cogita-se que a Falta de professores bilíngues e culturalmente sensíveis requer muito preparo.

Tenho colocado em minhas ponderações nas exposições e apresentação acadêmicas que as possíveis soluções desse enfrentamento acerca dos obstáculos de ensino dos indígenas, estariam bem mais fluídas no ensino, caso venha a exercer a Educação Bilingue e Intercultural nas instituições de ensino superior, tendo latente o currículo inclusivo. Em virtude disso, soluções do tipo trazendo ou melhorando o desenvolvimento de currículos que incluam línguas e culturas indígenas traria melhoramento no empenho e na atuação acadêmica. Volto a dizer que a formação de professores é essencial. Fazendo com que exerça a capacitação de professores em metodologias de ensino bilíngue e intercultural. As estratégias de melhorar a construção e manutenção de escolas são primordiais. Investimentos na construção de escolas em áreas indígenas e na melhoria da infraestrutura existente trarão frutos significativos. Recursos Educacionais, Fornecimento de materiais didáticos e tecnológicos. A criação de programas que sensibilizem no combate ao preconceito é crucial.

A participação comunitária seria objeto que melhor representa a construção de ensino tradicional. Pois ao colocar os autores principais nesse envolvimento das comunidades indígenas na gestão escolar e na definição do currículo que é pensado no próprio desenvolvimento do aluno indígena. Contudo o acesso limitado à educação para os povos indígenas é uma questão complexa que requer soluções unificantes e inclusivas. A valorização das culturas indígenas, melhorias na infraestrutura e combate ao preconceito são passos essenciais para garantir uma educação de qualidade e equitativa para todos.

Nota-se a falta de políticas públicas específicas que visem superar os obstáculos históricos que dificultam o acesso dos povos indígenas a uma educação de qualidade. A ausência de ações contínuas e articuladas, que garantam que a educação seja não apenas um direito formal, mas uma realidade efetiva para todos os estudantes indígenas, evidencia a necessidade de estratégias voltadas à valorização das identidades indígenas e ao respeito à diversidade, especialmente diante dos inúmeros desafios e lutas que persistem

3.6 Discriminações e estigmatização com os indígenas

DANMĨ KMĂDKĂ KUNĒ KĂTÔ DASIMĂZUS SIKWAKRU AKWĒ KWĂIMBA

Em geral os povos indígenas no Brasil enfrentam uma longa história de discriminação e estigmatização, resultante de processos coloniais, políticas de assimilação e preconceitos

que existem e persistem. É um problema sério que tem sido presente ao longo da história e persiste até os dias de hoje. As comunidades indígenas frequentemente enfrentam preconceitos e estereótipos negativos, além do mais a exclusão social e marginalização devido a identidade cultural e acredito pela língua e costumes da vivência.

Nesse esboço pretendo explorar as causas, manifestações e consequências da discriminação e pensamento negativo com relação aos indígenas, além de discutir estratégias para combatê-las. É evidente que a causa da discriminação e o ato de rotular os indígenas com idéia perversa vêm de uma história colonial e políticas de assimilação. Em detrimento a colonização Européia trouxe políticas de subjugação e aculturação dos povos indígenas, criando uma base histórica de discriminação para com os povos indígenas. Assim como as políticas governamentais que buscaram integrar os indígenas à cultura dominante, fizeram desvalorizar as culturas e línguas indígenas.

É importante reconhecer e combater a discriminação e estigmatização dos povos indígenas, promovendo a valorização de suas culturas, tradições e conhecimentos, respeitando seus direitos humanos e apoiando sua autodeterminação e desenvolvimento sustentável. Como aponta Baniwa (2013, p. 72), “a luta dos povos indígenas por educação é, ao mesmo tempo, uma luta por direitos, por reconhecimento e por fortalecimento das identidades coletivas.”

Existem várias medidas que podem ser adotadas para combater a prática de julgamento negativo sobre os povos indígenas e promover a inclusão e respeito por suas culturas e direitos. Assim sendo, destaco algumas possíveis soluções. A primeira é nosso envolvimento em espaços da sociedade brasileira, nos setores trabalhistas ou meios sociais, para que a nossa voz seja ouvida com nossas versões da verdade. Pouco se tem feito quanto à conscientização em espaços escolares não indígenas; nesse sentido, como ressalta Krenak (2019, p. 33), “a educação precisa ser um espaço de respeito às diferenças, capaz de reconhecer e valorizar os modos diversos de existir de cada povo,” sendo essencial promover a educação intercultural nas escolas e comunidades para informar e sensibilizar a população sobre a história, cultura e realidade dos povos indígenas.

O fortalecimento da autonomia indígena também é basilar nessa caminhada de reparos significativos para a comunidade indígena, pretendendo apoiar a autodeterminação dos povos indígenas, permitindo que governemos nossos próprios territórios e recursos de acordo com as nossas tradições e valores. Outro é tornar mais eficiente e rígido o combate à violência e

discriminação. Uma vez que mesmo com o programa de políticas e leis que combatam a violência, discriminação e racismo contra os povos indígenas, não tem de fato correspondido com mais seriedade e de forma severa, para garantir a nossa segurança e proteção. Esses são pontos-chaves da libertação para o bem comum da sociedade indígena, a educação, a conscientização, a inclusão social e o diálogo intercultural são fundamentais para superar esses desafios e construir sociedades mais justas e igualitárias.

3.7 Conflitos entre conhecimento tradicional e educação ocidental

SISDAKBÂKÕ ROMKMÃDKÂ ÎWAIHKU AKWÊ TÊ KÃTÔ ANÕKURBO NÎM
ROWAHTU POZAWRE MBA HÃ MÊ

Este esquema de argumentação aborda o conflito entre o conhecimento tradicional e a educação ocidental, identificando suas características, importâncias e desafios. Além disso, ele explora as raízes históricas e as perspectivas culturais e valores em conflito, bem como o impacto desse conflito na educação e no desenvolvimento pessoal. O esquema apresenta estratégias para promover a integração e a harmonia entre esses dois sistemas de conhecimento, enfatizando a importância de encontrar um equilíbrio entre eles. Esse embate entre conhecimento tradicional e educação ocidental tende a ser muitas vezes o precursor a percepção lenta do desenvolvimento de saberes indígenas.

A educação, enquanto prática de liberdade, deve buscar o diálogo entre diferentes formas de conhecimento, reconhecendo e valorizando as experiências culturais de cada indivíduo. No entanto, o sistema educacional tradicional tende a desconsiderar saberes que não se alinham à lógica dominante, impondo um modelo único que submete o aluno a aprender de acordo com normas e valores que muitas vezes contrariam sua realidade. Para que o aprendizado seja significativo, é necessário que se construa uma ponte entre o conhecimento acadêmico e os saberes populares ou tradicionais, permitindo que o estudante reconheça sua própria história, cultura e identidade, ao mesmo tempo em que se apropria das competências exigidas pela sociedade mais ampla (Freire (1996, p. 72-73).

O conhecimento tradicional está condicionado a essas pontas principais; a. Definição e características, b. Importância e vantagens, c. Desafios e limitações. O choque entre conhecimento tradicional e educação ocidental também está ligado a; a. Raízes históricas do conflito, b. Perspectivas culturais e valores em conflito, c. Impacto do conflito na educação e no desenvolvimento pessoal. Sendo assim é preciso parâmetros que pretende funcionar para promover a integração e a harmonia, o reconhecimento e respeito pela diversidade cultural.

No mais, o diálogo intercultural e intergeracional, além disso, reforço que é preciso o desenvolvimento de currículos e programas educativos inclusivos caso não tenham universidades e escolas, para que funcionem em prioridade com suas culturas próprias. Contudo a importância de encontrar um equilíbrio entre o conhecimento tradicional e a educação ocidental é de fato uma aliança considerável.

Além disso, é essencial reconhecer que os estudantes indígenas frequentemente se encontram em uma posição de mediação constante entre os saberes tradicionais de suas comunidades e os conhecimentos acadêmicos da educação ocidental. Essa mediação pode gerar dificuldades de adaptação e questionamentos. Dessa forma, torna-se fundamental que as instituições educacionais promovam espaços de diálogo e reflexão, valorizando os conhecimentos indígenas e integrando práticas pedagógicas que incentivem o respeito, a autonomia e o protagonismo dos estudantes em seus processos de aprendizagem.

Capítulo 4

4 POR UMA LINGUAGEM DE REEXISTÊNCIA: ESTRATÉGIAS PARA DOMINAR A LÍNGUA PORTUGUESA ENQUANTO INDÍGENA AKWĒ

DAMRMĚZUS ZEP RE KHĚPREPA DA KĀTÔ DURE KHĚMBA PIBUMÃ: Akwĕ msnã wat twi waihku psê da ktâwankô mrmĕze hã.

Neste capítulo, apresento reflexões e vivências que têm atravessado meu caminho e o de outros parentes Xerente na universidade. Falar da nossa relação com a língua portuguesa é também falar de travessias, de lutas que muitas delas foram de maneira não muito vislumbrada aos olhos e aos ouvidos do não indígena, mas que ecoou de forma silenciosa e com isso precisava de estratégias que foi criado para continuar existindo com dignidade nos espaços acadêmicos.

Nós, Akwĕ, somos falantes de uma língua ancestral, viva, pulsante além das tonalidades de todas as palavras agravadas e emissão robusta é sinônimo de nossa força e persistência. Por razões de sermos da natureza limitamos e ou diferencia-se os nossos conhecimentos com relação à maneira que lidamos com a ciência Universal. Diante disso a língua Akwĕ por ser, mas não é apenas um código linguístico, mas também uma forma de ver e viver o mundo. Ao entrar na escola e depois na universidade, muitos de nós indígenas, e de modo objetivo do Akwĕ fomos confrontados com a exigência de dominar o português uma língua que nos foi imposta historicamente, mas que atualmente nos permite conciliar e também se tornou ferramenta para reivindicar nossos direitos, contar nossa própria história e ocupar novos espaços sem ao menos desaprender a sua língua original.

4.1. A língua portuguesa como território de disputa

KTĀWANKÔ MRMĚZEP NÃ WAT KRMÃ KRWANNĪ MNÕ DA

Dominar o português para nós, estudantes indígenas, não é um processo neutro em que decidimos não aprender. Encaremos mesmo sabendo que ao navegar enfrentamos turbulência, porém é necessário passar por isso, de conhecimento nosso que esse defronta é atravessado por dores, silenciamentos, mas também por reinvenções. Aprender a escrever e a falar "corretamente" segundo as normas acadêmicas, muitas vezes, significou calar nossa língua materna akwĕ, certamente já veio em minha cabeça que adaptar nossos pensamentos ao molde da escrita ocidental é esconder nossa origem. Já presenciei olhares de puro julgamento

negativo, muitas vezes fomos vistos como "aqueles que não sabem escrever", "aqueles que falam errado". Por tempo fiquei me cobrando, qual seria o nosso erro, até fazer essas indagações que soa profundamente por sermos ignorante. O que é falar certo? E quem define isso? Como diz Daniel Munduruku (2009), “não aprendemos português para sermos brasileiros, mas porque era preciso sobreviver”. O português é, sim, uma língua de dominação. Mas também pode ser uma língua de reexistência, quando passamos a usá-la com consciência crítica, sem abandonar o que somos.

Diante do fato de que a língua dos brasileiros é um instrumento de comunicação que muitos de nós indígenas aderimos para nos entreter entre os originários e aos não indígenas. Consequentemente usamos para respaldar os nossos anseios individuais, mesmo sabendo que a língua dominante detém consigo poder induzo para os alicerces de acesso à educação, e ideologias sobre as manifestações artísticas nacionais entre outra mais, por essa razão me refiro que não é algo que ocorra de forma neutra em detrimento aos demais línguas. Sempre há sinais e traços de querer impor a soberania de controle em cima das falas de algum povo, que não tem a mesma força ou poder para influenciar indivíduo com intuito de controle para si.

Pois o que há de valor na comunidade brasileiro são as caracterizas da pintura corporal, os movimentos culturais de danças e os objetos rústicos feitos a capim-dourada e a base de madeira simbólico do país, Pau Brasil, já a língua nativo são aceitos para serem ditas como algo estranho e curioso. Porém em passos lentos as barreiras vão sendo alargado com o nosso envolvimento e com isso tendo espaço livre para a participação efetiva sem ser subordinado aos domínios da língua majoritário.

A língua é um instrumento de poder que organiza o mundo segundo a lógica de quem domina. Para os povos indígenas, aprender a língua do colonizador é, ao mesmo tempo, uma necessidade de sobrevivência e uma forma de resistência. Não se trata apenas de se comunicar, mas de negociar espaço, de afirmar identidade e de preservar saberes ancestrais diante de uma sociedade que historicamente tentou apagá-los. A língua dominante carrega consigo valores, conceitos e maneiras de pensar que não são neutros, e o uso consciente da língua indígena e da língua colonizadora é uma forma de afirmar autonomia, de criar pontes sem abrir mão da própria cultura e de garantir que os saberes tradicionais não sejam subjugados ou desvalorizados (Krenak (2019, p. 45-46).

O povo Xerente há alguns anos atrás foram forçados a apresentar aos olhos da sociedade brasileira, mediante a cultuamento da missão religioso que adentrou em nossos

territórios, nesse intuito de levar o conhecimento da lei de Deus, também foi imposta a língua usual deles, percebe-se que o engraçado foi que nos foi domesticado a falácia brasileiro em nosso chão de origem e tão pouco se preocupou em levar a diante de forma invertida, ou seja, aprender a língua originária do Xerente e ensinar com esse modelo de afinidade. Mas não, optou pela facilidade e pela dor da sociedade indígenas como todo, pois ao aprendermos uma nova língua, muitos dos povos indígenas não souberam, conciliar, e teve uma perda significativa de suas traços linguística. Diante desse apontamento não estou sujeitando a missão de Deus como culpado desse fato, mas sim a ação do homem.

4.2. O bilinguismo como potência

DANÕITO HAWI SAHURÊM SNÃ DAMRMÊ SIPTÊDIB

Em princípio defendia fielmente que deveríamos praticar somente a nossa língua akwê e deixar de falar o português, pois vinha que tomava proporção de se falar com frequência na aldeia à língua portuguesa pelos indígenas Xerente. A todo o momento as interações ocorriam com inferência da língua do não indígena, e isso foi se tornando umas das preocupações pelo Cacique e pelo Ancião da aldeia notava-se como ameaça para a língua prática. Por ação do tempo, compreendi que não se tratava de escolher entre uma língua e outra. Ser bilíngue não é um problema, mas, sim, uma união de força.

O domínio do português brasileiro se tornou uma estratégia para acessar políticas públicas, disputar espaços na universidade e levar a palavra do meu povo a outros lugares. Em virtude disso nunca deixei o Akwê para trás, é meu ponto de partida, meu refúgio e ponto seguro. Ailton Krenak (2019), em suas reflexões, nos lembra que "nossa existência não cabe no discurso colonizador". Isso nos convida a usar a língua portuguesa não para nos apropriar de maneira definitiva é uma breve adaptação, para nos afirmar. Em outra palavra, aprendemos essa língua a qual estou realizando não é para nos sentir confortável e sim para anunciar que temos as nossas línguas e costumes e sermos ouvidas vistas. O bilinguismo, nesse contexto, torna-se uma ponte entre mundos e não uma ruptura com a ancestralidade.

4.3 A escrita como prática de reexistência

KRWA HÊMBA PRÊ PIBUMÃ ĨKUIKRE NÃ

Aprender português, para mim e acredito que para muitos dos mesmos e dos parentes de outros povos indígenas, foi como atravessar um rio profundo. No contexto do meu povo, em tempo de infância, na aldeia, crescemos ouvindo e falando o Akwẽ. Assim como o ancião em seu discurso sempre diz que a língua carrega nossas histórias, nossos cantos, nossas formas de pensar o mundo. Ao chegar à escola, fomos cobrados a deixar de lado nossa fala para “aprender certo”. Muitas vezes, fomos corrigidos com vergonha, silenciados, ou ridicularizados por nossa pronúncia ou forma de escrever equivocada. Diante disso, aprender a escrever em português, não foi apenas uma questão de decorar regras gramaticais. Foi encontrar uma forma de fazer a minha voz ser ouvida, sem apagar a sabedoria dos meus ancestrais.

Cada texto que produzo é uma tentativa de costurar o que aprendi na aldeia com o que preciso expressar na universidade. Como dizia o pensador indígena que se tornou referência para muitos indígenas que ingressam na Educação, o Daniel Munduruku (2009) que versa um trecho “A literatura é o nosso modo de dizer: estamos aqui. Não fomos vencidos.” Em fase dessa afirmação, percebemos que é preciso criar brechas na língua do outro para que nossa visão de mundo possa crescer. A escrita intercultural é uma dessas brechas. Ao escrever em português com o coração e a alma indígena Akwẽ, coloco no papel uma forma própria de dizer, de narrar e de argumentar. Eliane Potiguara (2004) afirma que “escrever é sangrar com dignidade”. E é isso que muitos de nós fazemos: escrevemos com dor, mas também com força e insistência. Nossos textos, além dos mais, o jeito que falamos em apresentação a frente são testemunhos de resistência. São estratégias para sobreviver num sistema que muitas vezes nos quer calados e recuados, porém que precisa aprender a nos ouvir e abrir espaço para as vozes indígenas brasileiro.

4.4. Estratégias que emergem do nosso caminhar

DASIMÃZUS KRÊHÂ KRÊWAIKRE WANĨM BDÂDI HAWĨM HÃ

Ao longo da caminhada acadêmica, desenvolvemos formas próprias de aprender e usar o português sem nos descaracterizar de quem somos. São estratégias construídas na luta diária,

nas trocas entre parentes, nas reflexões que fazemos sobre nossa presença nos cursos de graduação em Porto Nacional. Algumas dessas estratégias incluem:

- **Escrever como se estivéssemos contando uma história para os mais novos da aldeia**, com respeito, pausa e intenção;
- **Inserir palavras da língua Akwẽ nos textos acadêmicos**, explicando seu significado, para mostrar que há conceitos e formas de pensar que o português não alcança;
- **Buscar autores indígenas para nos inspirar**, como Krenak, Potiguara, Munduruku, entre outros, que escrevem com o coração na aldeia e os olhos no mundo;
- **Criar redes entre estudantes indígenas**, onde revisamos textos, lemos juntos, e nos ajudamos a superar as barreiras impostas pela escrita formal;
- **Participar de projetos de extensão, seminários, rodas de conversa**, levando a nossa fala para outros espaços, sem abrir mão do nosso modo de ser.

Essas estratégias são também nossas formas de reexistência. Não queremos apenas estar na universidade, mas estar com sentido. Queremos aprender, sim, mas também ensinar. E a nossa fala mesmo quando escrita em português carrega a força dos nossos cantos, dos nossos rituais, da nossa terra.

4.5. Reexistir com a palavra

DAMRMË NÃ WAZA KRWA HÊMBA PRÊ

Em minhas concepções digo que a língua Akwẽ não se perdera, pois temos registros e além do mais, tem bastante gente preocupada em deixar a língua nativa mais rica. Quero atentar para fato de que a língua portuguesa no uso enquanto indígena Akwẽ é um ato político. Não significa se submeter, mas se posicionar. Significa dizer: “estamos aqui, falamos, escrevemos e resistimos”. A língua portuguesa pode ser uma barreira, mas pode também ser uma ponte, desde que sejamos nós a decidir como atravessá-la.

Aos parentes que enfrentam esse mesmo desafio e estudantes indígenas que estão nesse caminho, deixo este recado: aprendam o português, sim, mas não deixem que ele apague a língua que veio de seus avôs e avós. Escrevam com coragem. Falem com firmeza. E saibam que a nossa forma de falar, de contar e de escrever tem valor, mesmo quando ela não

cabe nos moldes acadêmicos. Reexistir é falar. É escrever. É transformar a língua do outro em território nosso.

Essa reexistência com a palavra significa compreender que cada fala e cada escrita carregam a memória ancestral, reforçando a continuidade de um povo que não se deixa silenciar. Falar e escrever, seja em Akwẽ ou em português, é afirmar a identidade coletiva, é tornar visível a presença indígena em espaços antes negados ou invisibilizados. É lembrar os sentidos da língua de nossos ancestrais, pois nenhuma tradução apaga a memória viva que permanece em nós. A palavra, nesse sentido, não é apenas comunicação, mas também instrumento de luta, resistência e afirmação cultural.

Reexistir, portanto, é ocupar os espaços (acadêmicos) sem abandonar a própria raiz. Dessa forma, cada estudante indígena que toma a palavra reafirma sua história, amplia sua voz e fortalece sua comunidade. Reexistir com a palavra é garantir que a língua Akwẽ continue viva, sem perder sua força, sem deixar de ser o que é: um território de pertencimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

DAMRMÊ İSTÖM HĀ

Este trabalho iniciou-se com o intuito principal de compreender os desafios enfrentados pelos acadêmicos indígenas da etnia Akwê-Xerente no ensino superior, particularmente nos cursos de graduação ofertados pela Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional.

À luz dessas considerações, a pesquisa teve como objetivo central analisar as dificuldades decorrentes da barreira linguística entre o português, língua oficial de ensino no Brasil, e o Akwê, língua materna dos Xerente, bem como as implicações culturais e sociais que emergem desse processo formativo. A partir da proposta principal, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: refletir sobre os percursos acadêmicos dos estudantes indígenas Akwê-Xerente; compreender como conciliam as demandas do ensino superior com a preservação de sua identidade cultural e linguística; e discutir a relevância de políticas educacionais que promovam maior inclusão e reconhecimento da diversidade cultural e linguística indígena no espaço universitário.

Mediante essa proposta, os resultados apontaram que a trajetória acadêmica dos estudantes Akwê é marcada por desafios constantes, que vão desde as barreiras comunicacionais até a necessidade de afirmação de sua identidade em um ambiente predominantemente não indígena. Evidenciou-se que, embora esses estudantes enfrentem dificuldades significativas, sua presença na universidade representa um ato de resistência cultural e um esforço para fortalecer tanto sua formação acadêmica quanto a preservação de sua língua e cultura.

Durante o percurso deste estudo, foi possível destacar algumas contribuições importantes. Primeiramente, a pesquisa reforça a necessidade de um olhar institucional e governamental mais atento às especificidades indígenas, a fim de garantir políticas públicas que assegurem igualdade de condições e oportunidades. Em segundo lugar, o estudo chama a atenção para a relevância da valorização da língua Akwê como parte essencial da identidade dos estudantes, promovendo não apenas sua inclusão no meio acadêmico, mas também o fortalecimento de sua cultura. Evidencia-se ainda que a universidade, ao reconhecer e respeitar as diversidades linguísticas e culturais, pode se constituir como espaço de diálogo

intercultural, favorecendo a construção de uma educação superior mais justa, plural e transformadora.

Constatou-se que a caminhada dos estudantes indígenas Akwê – Xerente nos cursos de graduação em Porto Nacional mostra o quanto é importante ter atenção às realidades as quais surgem mediante o envolvimento. Além de aprenderem os conteúdos das universidades com o conhecimento popular não muito visto pela comunidade indígena, esses acadêmicos enfrentam o desafio de estudar em uma língua diferente da sua, lidando com barreiras linguísticas e culturais. Por isso, é essencial que as universidades como todo, acolham melhor esses estudantes, respeitando as línguas e culturas e oferecendo apoio para que eles consigam permanecer e se formar.

Quando a universidade se dispõe a olhar, escutar, valorizar e aprender com os povos indígenas, todos saem ganhando. Do mesmo modo que os brasileiros apresentam facilidade em lidar com as demandas cotidianas de seus costumes e hábitos, seja de forma formal ou informal em seus ambientes sociais, os indígenas tendem a demonstrar maior facilidade em se expressar por meio de seus atributos culturais.

Em síntese, espera-se que essa dissertação contribuía para a reflexão sobre os caminhos a serem trilhados em direção a uma educação que, além de assegurar o acesso dos povos indígenas às universidades, também promova sua permanência e crescimento acadêmico, respeitando e valorizando seus saberes, identidades e culturas.

REFERÊNCIAS

DASIWAZE SIMÃZUS MNÕ

KAMBEBA, Marcia. Literatura indígena: da oralidade à memória escrita. In: DORRICO, Julie [et. al.] (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre: Ed. Fi, 2018. p. 39-44.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/Secad; Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2006. p.47.

BANIWA, Gersem. *Educação escolar indígena no Brasil: avanços, limites e novas perspectivas*. Brasília: MEC/SECAD, 2013.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico] / Antônio Joaquim Severino. 1. ed. -- São Paulo: Cortez, 2013.

KWANHÃ, João Xerente. **WARÃ: Comunicação e Educação Akwẽ/Xerente**. PALMAS/TO 2020.

SILVA. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 15. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal. 1988. 292 p.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola, 2007.

FERNANDES, Gabriela Nunes; DE SOUZA, Kelly Cristina Russo. *O lugar da oralidade no espaço da escrita: desafios para educação escolar indígena Guarani*

MBYA – RJ. *Periferia*, v. 10, n. 2, p. 21-43, jul./dez. 2018.

FONTES, Seleucia. *Povos indígenas integram colcha de retalhos da cultura tocantinense*. Governo do Tocantins. 2021. Disponível em: <

<https://www.to.gov.br/noticias/povos-indigenas-integram-colcha-de-retalhos-da-cultura-tocantinense/3pkblnxbqbx>>. Acesso em: 18/12/2021.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. Povos Indígenas: Quem são.

TRUJILLO, Albeiro Mejia. A gramatização como processo de preservação da linguagem. *Travessias*, Cascavel – PR, v. 5, n. 1, 2011, p. 130-150.

XERENTE, Sílvia Leticia Gomes da Silva. A língua Akwê e a língua portuguesa em contato: ameaça ou enriquecimento linguístico? *Articul. constr. saber.*, Goiânia, v.3,

n.1, p. 378-419, 2018.

As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de **Educação Escolar Indígena** / organização Luís Donisete Benzi Grupioni. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001. 72 pp. Brasília 2002.

ANDRADE, M.G.S. **Educação escolar e Diversidade Cultural:** Principais Questões e Tendências. *Novamerica*, nº9, 2001.

ARROYO, M. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e responsabilidade pública. In: SOARES, L., GIOVANETTI, M.A., GOMES, N.L. (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p.19-50.

ARROYO, M. G. **Assumir nossa diversidade cultural**. In: *Revista de Educação da AEC*, nº 98, ano 25, Brasília, jan/mar de 1996, p.42-50.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal. Brasília, 1988.

BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura**. Lei 9394/96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.

CANDAU, V.M.F. **Interculturalidade e educação na América Latina**. *Novamerica*, nº77, Rio de Janeiro, 1998, p.38-43.

_____. **Sociedade, educação e cultura(s):** Questões e propostas. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008a.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P.; Faundez A. **Por uma pedagogia da pergunta**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. *Petrópolis: Vozes*, 1999. GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G., **O Jogo das Diferenças – O multiculturalismo e seus contextos**. 4ª ed. Belo Horizonte: Editora AUTÊNTICA, 2006.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação:** introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980

GIL, G. **Cultura são todos nossos gestos**. In: 1ª Conferência Nacional de Cultura/2005/2006: estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura. Secretaria de Articulação institucional do Ministério da Cultura. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

SOUSA FILHO, Sinval Martins. Aspectos Morfossintáticos da Língua Akwe-Xerente Jê) / Sinval Martins de Sousa Filho; Orientadora Silvia Lucia Bigonjal Braggio. Goiânia, 2007.p. 331

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUNDURUKU, Daniel. *A importância do saber narrar*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. Rio de Janeiro: Gráfica Urubu, 2004.

TUHIWAI SMITH, Linda. *Metodologias de Pesquisa Decolonial*. São Paulo: Vozes, 2018.